



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 099

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 099

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagem	03
Encaminhamento de Entidades	
Organizadas de Cascavel	04
Indicações	06
Requerimentos	08
Projetos de Lei	13
Grande Expediente:	
Sr. Caio Goetlieb (Diretor de	
Comunicação da CIC)	16
Dep. Augustinho Zucchi	19
Dep. Rafael Greca	19
Dep. Elio Rusch	19
Dep. Elza Correia	20
Dep. Elton Carlos Welter	20
Dep. Ademar Traiano	21
Dep. Neivo Beraldin	21
Dep. Jocelito Canto	22
Dep. Dobrandino da Silva	22
Dep. Natálio Stica	23
Dep. Nelson Justus	24
Dep. Duílio Genari	24
Dep. Nelson Garcia	24
Dep. Valdir Rossoni	25
Dep. Chico Noroeste	25
Dep. Ademir Bier	26
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	27
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	28
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	28
Liderança do PMDB:	
Dep. Rafael Greca	29
Liderança da Oposição:	
Dep. Durval Amaral	30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	31
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	31
1ª Discussão	32
Discussão Única (Indicações)	36
Requerimentos	36
Encerramento da Sessão Ordinária	36
Publicações:	
Ata de Comissão:	
Tomada de Contas	37

093ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2005

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Marcos Isfer e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Reni Pereira, Carlos Simões, Luiz

Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 044/2005

Curitiba, 14 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do artigo 10, da Carta Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Itaguapé, imóvel de propriedade do Estado, conforme matrícula nº 5.004, livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colorado, constituído pelo lote urbano nº 20, quadra 13, com área de 480,00m², contendo edificação, em alvenaria, com 165,35m², na sede do referido Município de Itaguapé.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que o imóvel a ser cedido será utilizado pelo Município em instalações de seus órgãos ou para sediar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaguapé. Convém destacar de que o imóvel, objeto de tal cessão de uso, poderá ser retomado, caso se comprove o desvirtuamento da utilização estabelecida, assim como quanto ao prazo de duração e possibilidade de prorrogação do mesmo.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Itaguapé, do imóvel objeto da matrícula nº 5.004, Livro 2, do Registro de

Imóveis da Comarca de Colorado, constituído pelo lote urbano nº 20, Quadra 13, com área de 480,00m², na qual se encontra edificação em alvenaria, com 165,35m², na sede do referido Município de Itaguapé.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º deverá ser utilizado, exclusivamente, por órgãos públicos municipais e/ou para sediar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaguapé, podendo ser retomado, a qualquer tempo, caso haja descumprimento de finalidade, tendo tal cessão vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 045/2005

Curitiba, 14 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder doação ao Município de Rondon, de imóvel com área de terra medindo 3.723,00m², contendo edificação de 790,00m², localizada na Avenida Goiás, 250, na sede do Município de Rondon, imóvel esse de propriedade do Estado conforme Matrícula sob nº 19.373, do Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha.

A presente proposição consulta aos superiores interesses da Administração e da municipalidade, eis que o imóvel cuja doação é objetivada, deverá ser utilizado pelo donatário, exclusivamente, como Unidade Escolar do Município de Rondon, valendo destacar que o anteprojeto de lei prevê retorno de tal ao patrimônio estadual caso haja desvirtuamento da utilização estabelecida.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação, ao Município de Rondon, de área de terra medindo 3.723,00m², contendo edificação de 790,00m², localizada na Avenida Goiás, 250, no Município de Rondon, de propriedade do Estado em conformidade com a Matrícula sob nº 19.373, do Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha.

Art. 2º O imóvel referido no artigo 1º deverá ser utilizado, exclusivamente, como Unidade Escolar

daquele Município, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Encaminhamento de Entidades Organizadas de Cascavel

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASCATEL E DO OESTE

O Oeste do Paraná é formado por cinquenta municípios que juntos detêm menos de 1% do território nacional. A área é modesta diante dos retornos social e econômico que a região oferece ao Paraná e ao Brasil. Os cinquenta municípios têm população, segundo o censo do IBGE, de 1,3 milhão de habitantes e o seu perfil econômico sofre alterações significativas de dez anos para cá. O número de empresas impressiona e mais de 95% delas são de mini e pequeno portes.

A região contabiliza avanços nos mais diversos setores, principalmente nas áreas do ensino, da saúde, da qualificação profissional e também no que se refere à elevada tecnologia aplicada na área agropecuária. O Oeste possui PIB aproximado de R\$ 8 bilhões anuais, o que corresponde a cerca de 25% do Produto Interno Bruto paranaense, que na média dos últimos anos está na casa dos R\$ 30 bilhões.

O Oeste é um dos principais celeiros agrícolas do Estado, uma das principais fontes econômicas brasileiras justamente pela força de sua agropecuária. A região sozinha, cultiva um em cada três grãos colhidos no Paraná. A vocação agrícola da região continua valorizada, no entanto os municípios experimentam crescimento significativo nas áreas da agroindústria e do comércio internacional.

Porém, é o fenômeno da explosão universitária que redefine mais significativamente o perfil social e econômico da região. As instituições de ensino superior estão em diversas cidades do Oeste e apenas Cascavel e Toledo possuem uma comunidade acadêmica formada por cerca de 35 mil pessoas. Cascavel é pólo nas áreas de prestação de serviços e uma referência na saúde pública, oferecendo atendimentos e exames de excelência nos mais diversos setores.

Mas Cascavel e o Oeste precisam da indispensável colaboração de V. Exa. para concretizar empreendimentos considerados fundamentais para o contínuo processo de desenvolvimento da região e do Estado. As principais bandeiras da Acic - que representa 1,8 mil empresas - são o Aeroporto Regional, a pavimentação das marginais da BR-277, no perímetro urbano de Cascavel, e a construção do Contorno Oeste.

1 - Aeroporto Regional

As agências de viagem estimam que 50% das pessoas de Cascavel e de municípios vizinhos que precisam de transporte aéreo desloquem-se com frequência a Foz do Iguaçu e a Maringá a fim de contar com aeronaves maiores e mais seguras para poder viajar. As principais justificativas de quem vai aos aeroportos de Foz e a Maringá são de que as aeronaves que operam em Cascavel são pequenas, instáveis, o preço das tarifas é alto, e há, por falta de equipamentos, cancelamentos frequentes de vôos. A pista é pequena e não pode receber aeronaves de grande porte e o terminal de passageiros não comporta fluxo intenso de passageiros.

Cascavel e Toledo estão no centro de uma região freqüentada por turistas e executivos do mundo todo, que se dirigem ao Oeste a fim de conhecer não apenas as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu, mas que vêm para visitas técnicas a fim de ter contato com a agricultura, a pecuária, a agroindústria e para participar de eventos de nível internacional, como o Show Rural Coopavel, que acontece em Cascavel. O setor de prestação de serviços, um dos que mais crescem na região nos últimos anos, também tem especial interesse em poder contar com um aeroporto amplo e moderno.

A edição 2005 do Show Rural Coopavel recebeu 180 mil visitantes, gente de todo o Brasil e de várias partes do mundo interessada em conhecer novidades e tendências tecnológicas desenvolvidas para tornar a nossa agricultura e pecuária ainda mais rentáveis. Esses são apenas alguns dados que contribuem para justificar a importância de uma luta de muitos anos, que é a construção do Aeroporto Regional, uma estrutura ampla, moderna e que poderá contribuir decisivamente com o processo de consolidação econômica da região.

A infra-estrutura é condição essencial no processo de crescimento de um município e de uma região e quanto melhor, maiores serão as suas chances de expansão e de melhoria da qualidade de vida da sua gente. O Oeste, principalmente as microrregiões centralizadas por Cascavel e Toledo, oferece importante parcela de contribuição ao desenvolvimento do Estado e Brasil e poder contar com um aeroporto que faça frente à sua importância e às projeções de crescimento é uma questão estratégica e, além disso, uma necessidade.

O resultado dessa obra trará reflexos a todo o Paraná, que já é um modelo para o Brasil nos mais diversos setores. A luta pelo Aeroporto Regional é antiga e mobiliza comunidades inteiras, que reconhecem na execução desse projeto a oportunidade de atrair novos investimentos e de oferecer condições mais favoráveis às milhares de pessoas que se utilizam dessa modalidade de transporte na região. Os números indicam que há demanda e que ela poderia ser ainda maior caso a estrutura aeroviária disponível fosse melhor.

Para viabilizar as obras do Aeroporto Regional, precisamos que o Governo do Paraná inclua os valores correspondentes à desapropriação no Orçamento do

Estado de 2006. O custo aproximado para desapropriar os 166,4 alqueires de uma área já aprovada na localidade de Espigão Azul é de R\$ 6,5 milhões. É importante lembrar que o Ministério da Aeronáutica tem especial interesse nessa obra e possui inclusive boa parte dos recursos para esse fim. A previsão para a implantação da primeira fase do aeroporto é de R\$ 40 milhões.

2 - Marginais da BR-277 - perímetro urbano de Cascavel

A pavimentação das marginais da BR-277, no trecho no qual a rodovia corta o perímetro urbano de Cascavel, é uma bandeira empunhada pela Acic há cerca de vinte anos. A cidade cresce acima da média nacional e a previsão é de dobrar sua população, hoje na casa dos 300 mil habitantes, em 15, 20 anos. A projeção indica a necessidade de obras de infra-estrutura capazes de fazer frente a essa expectativa de crescimento, sintoma de avanços em diversas áreas e da importância do município nos cenários econômico e social do Estado.

Os empresários estabelecidos às margens da BR, poder público, concessionária e a Acic buscam há anos fórmulas para a pavimentação dos dezesseis quilômetros da rodovia (já considerando os dois sentidos). O valor da obra depende muito do material a ser utilizado e pode chegar a R\$ 5 milhões considerando o uso de calçamento poliédrico e a R\$ 10 milhões caso se opte pelo asfalto. A obra é estratégica e para viabilizá-la, precisamos contar com colaboração de V. Exa., a fim de a liberação de pelo menos parte desses recursos seja incluída no Orçamento para 2006.

3 - Contornos

As microrregiões formadas por Cascavel e Toledo possuem juntas cerca de 22 mil empresas e mais de 95% delas são de micro e pequeno portes. Os municípios respondem por grande parte da produção agropecuária do Estado e abrigam grandes empresas do ramo agroindustrial, a exemplo da Sadia, da Diplomata, da Globoaves, da Comil e de cooperativas como Coopavel, C. Vale, Copacol, Lar e Coopagril, algumas delas entre as maiores do País e cujos produtos abastecem o Brasil e boa parte do mundo. Essa característica faz do Oeste uma região de tráfego intenso, principalmente de caminhões.

A região vizinha do Mato Grosso do Sul e do Paraná, duas regiões importantes no contexto agropecuário e que se utilizam de rodovias para o transporte das safras e para chegar ao Porto de Paranaguá. Além disso faz fronteira também com a Argentina, o que faz com que pela mesma também circule grande parte do fluxo de mercadorias do Mercosul. O tráfego é crescente e a previsão é de aumentar ainda mais nos próximos anos. Por isso, a sociedade organizada do Oeste pede há anos investimentos no Contorno Oeste, uma rota alternativa para retirar dos centros urbanos de Cascavel e Toledo o tráfego pesado. A perspectiva de crescimento é tão otimista, que Cascavel e região precisam também dos Contornos Leste, Sul e Norte.

A proposta do contorno Oeste, principalmente, é antiga e reduz distâncias entre as BR's 277 e 467, duas das principais artérias rodoviárias do Paraná e do Brasil. Esse também é um dos principais caminhos entre as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do Brasil. A obra facilitaria a vida de caminhoneiros, hoje obrigados a fazer um percurso adicional de cerca de vinte quilômetros para sair de uma e ter acesso à outra rodovia.

A Acic, considerando a necessidade e a importância estratégica desse empreendimento, pede a V. Exa. que apresente emenda ao Orçamento de 2006 garantindo os recursos necessários para a execução dos projetos dos contornos rodoviários da região. O Oeste está estimado em R\$ 25 milhões.

Certo de vosso empenho e colaboração, agradecemos.

(a) Entidades Organizadas de Cascavel

CARTA POR MAIS SEGURANÇA EM CASCATEL

Face à crescente onda de violência que assola o Município de Cascavel e deixa tranqüila a comunidade da qual essa cidade é pólo regional, vimos por meio desta solicitar a V. Exa. atenção especial a uma demanda emergente de nossa comunidade: a ampliação de investimentos voltados à segurança pública.

Cabe-nos ressaltar que ações desencadeadas nos últimos dias, como a operação Cascavel Segura, atenuou o drama da ausência de força policial, mas a efemeridade da iniciativa nos coloca em compasso de espera no aguardo do fim da ostensividade do trabalho e no temor quanto à volta da normalidade da criminalidade.

Tomamos a liberdade de sugerir a destinação de um efetivo de duzentos policiais militares dos mil que serão contratados pelo Estado e se possível sugerir que os mesmos façam a preparação em Cascavel no 6º BPM. Ressalta-se que o Oeste responde por um quarto da produção de riquezas da região e consideramos justo esse número, não só pela necessidade premente, mas também pela necessidade de preencher quadros defasados pela diminuição gradativa de efetivo em virtude de aposentadorias, licenças, afastamentos e óbitos.

Sugerimos ainda que V. Sa. acompanhe o cronograma de construção da Casa de Custódia, o repasse de novas viaturas e equipamentos, a criação do Pelotão de Trânsito, ampliação do Disque 161, a reativação da Delegacia Antitóxicos, a reforma do Instituto de Criminalística, entre outros.

Acrescente-se que Cascavel, à mercê de comemorar o nascimento de seu habitante de número trezentos mil, vê assustada a crescente onda de assaltos à mão armada, seqüestros, latrocínios, estupros, furto e roubo de veículos e outros. A sensação de insegurança é avassaladora e contamina a maioria. Poucos têm coragem de sair de casa em horários mais avançados e quando o fazem o sentimento é de que o mal está por vir.

A comunidade organizada faz sua parte, aliada ao poder público municipal, que organiza uma força paralela de segurança, a Guarda Municipal, porém com prerrogativas limitadas de atuação. Cabe ao Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, promover os investimentos necessários, conforme reza a Constituição Federal.

Tomamos a liberdade de salientar a V. Exa. que a comunidade de Cascavel sempre respondeu eleitoralmente aos seus programas de governo e de campanha, tanto que, no último pleito confiou-lhe 57% dos votos válidos, repetindo o que já havia ocorrido anteriormente.

Esse pleito é fruto do entendimento de cerca de quarenta entidades representativas da sociedade de Cascavel e não possui caráter político ou partidário. É um apelo a V. Exa. que, sempre solícito e ciente da real situação, temos certeza de que será atendido em sua plenitude, ou da forma com que o Estado possui condições.

Sempre confiantes em vossa atenção e disponibilidade, renovamos nossos votos de apreço e consideração.

(aa) PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA, CÂMARA DE VEREADORES DE CASCAVEL, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CASCAVEL, ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS, COMPANHIA CASCAVELENSE DE TRANSPORTE E TRÁFEGO, SINDICATO DOS LOJISTAS E DO COMÉRCIO VAREJISTA, SINDICATO DAS FARMÁCIAS, SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, SINDICATO DOS CONTABILISTAS, SINDICATO RURAL PATRONAL, PACTO POR CASCAVEL, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS, LOJA MAÇÔNICA UNIVERSITÁRIA, ASSOCIAÇÃO DOS JOALHEIROS E ÓTICOS, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS, SINDICATO DA HABITAÇÃO E IMOBILIÁRIAS.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 040/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A criação e implantação do Curso de Comércio Exterior, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do

Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Comércio Exterior, que na área das Ciências Humanas, aparece com o indicativo de 32,20% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

INDICAÇÃO Nº 041/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A criação e implantação do Curso de Educação Física, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da

população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Educação Física, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 41,18% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

INDICAÇÃO Nº 042/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A criação e implantação do Curso de Economia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação

Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Economia, que na área das Ciências Humanas, aparece com o indicativo de 34,03% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente solicito os bons préstimos de V. Exa. conforme dispõe a Resolução nº 002/2005, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, sejam indicados até o dia 28 do corrente, pelos Partidos políticos com assento nesta Casa de Leis, os representantes que irão formar o Conselho Mulher-Cidadã Zilda Arns.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) ELZA CORREIA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o Deputado Duílio Genari irá compor a Comissão Especial de Investigação dos caça-níqueis, constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2005, desta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº

538/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que tem por objetivo vedar a duplicidade de cobrança de pedágio.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2779

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2777

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 549/2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de crianças e adolescentes, que se hospedem em albergues, pensões e hotéis, tendo em vista a existência da Lei nº 14.426/2004, que trata do mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a liberação do Plenarinho da Assembléia Legislativa para o dia 03 de outubro de 2005, nos períodos das 14h00 às 18h00, para a realização de Audiência Pública sobre a Ferroeste e a Rede Ferroviária Federal.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2767

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja designado o dia 18 (dezoito) de outubro de 2005, às 10h00, no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, para a realização de audiência pública destinada à discussão do Projeto de Lei 252/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci.

Requer, outrossim, além da divulgação para a imprensa, sejam convidados o Crefito - Conselho Regional de Fisioterapia; a Associação dos Profissionais de Estética do Paraná (Rua Júlio Pasa, 59 - Uberaba - CEP 81.570-510 - Curitiba), as Universidades do Estado, inclusive aquelas que têm curso técnico de estética (Uniandrade, Unipar e Unopar), além dos cur-

sos técnicos (Martinus, Campo Mourão e Foz do Iguaçu).

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Marcos Isfer.

REQUERIMENTO Nº 2769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 29 e 30 deste, para realização de viagem a Campo Grande/MS, a fim de participar da Reunião Ordinária do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul, conforme anexos.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização do Plenário para se deslocar a Foz do Iguaçu, no dia 22 e 23/09, a participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2775

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, autorização para se ausentarem desta Casa de Leis para viagem a Brasília-DF, onde participarão de reunião da Diretoria Executiva da Unale e lançamento da Campanha Nacional denominada "Grito pela Ética na Política", que acontecerá nos dias 21 e 22 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(aa) ADEMIR BIER, CESAR SELEME, JOSÉ MARIA FERREIRA e DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO 2778

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para requerer o seguinte:

REQUER que seja dado autorização desta Casa de Leis para ausentar-se em função de viagem à Brasília-DF, para tratamento de assuntos de interesse desta Casa, reunião da diretoria executiva da Unale e lançamento da campanha nacional denominada "Grito pela Ética na Política", nos dias 21 e 22 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 2782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, autorização para se ausentar do plenário e participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades, na condição de Delegado, conforme convocação da coordenação do evento (Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU). A ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu nos dias 22 e 23 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 2759

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira ocorrido domingo último, nesta Capital.

Requer mais, que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira foi presidente da Associação Comercial do Paraná por catorze anos; dirigiu a Federação das Associações Comerciais do Paraná e integrava o Conselho de inúmeras entidades de classe e da comunidade paranaense.

Falecido aos 91 anos de idade; médico de formação e empresário por afinidade familiar, ele era um dos mais respeitados e estimados líderes da sociedade civil paranaense, mercê de seu espírito público - manifestado ainda jovem quando reivindicou junto ao então presidente Getúlio Vargas a melhoria dos serviços de eletricidade de Curitiba; sua atuação à frente da Casa do Barão de Cerro Azul e seu trato cortês e generoso com quantos o procuravam na Associação Comercial do Paraná.

O Dr. Carlos Alberto foi pioneiro no lançamento de um Fundo de Apoio à Formação Educacional de jovens carentes mais promissores, aos quais concedia bolsas de graduação ou aperfeiçoamento para se qualificarem no exercício de atividades ligadas à administração e ao comércio.

Por todos esses títulos, sua memória merece ser destacada neste registro para os anais do Legislativo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2749

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário respeitosa-mente, REQUER envio de votos de congratulações ao Museu Histórico de Londrina, "Padre Carlos

Weiss" pelos seu 35º aniversário.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao diretor do Museu Histórico de Londrina, José César dos Reis - Rua: Benjamim Constant, 900 - Centro CEP 86.001-350 Londrina/Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Nesta segunda-feira, dia 18 de setembro, o Museu Histórico de Londrina "Padre Carlos Weiss", completa 35 anos. Começou nos porões do Grupo Hugo Simas, no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, que na época tinha como diretor o professor Iran Martins Sanches e professores de outros cursos, que colaboraram na aquisição do acervo. Em 18 de setembro de 1970 foi criado o Museu Geográfico e Histórico do Norte do Paraná, que teve como primeiro diretor o professor Padre Carlos Weiss.

Em 1974, passou a ser Órgão Suplementar da Fundação Universidade Estadual de Londrina e, segundo relato de alunos da Faculdade de História, o diretor do Museu incentivava-os a trazer objetos antigos de casa e da região Norte do Paraná, juntamente com a procedência e histórico para ajudar na formação do acervo. Padre Carlos Weiss permaneceu como diretor do Museu até 1976 quando faleceu, e dois anos depois, em sua homenagem, foi colocado o nome de Museu Histórico de Londrina "Padre Carlos Weiss".

Em 1997 houve a necessidade de melhor adequação do acervo e definição de objetivos. Um levantamento de necessidades e prioridades foi feito por profissionais da área, e um Plano Diretor foi montado, traçando objetivos e diretrizes de trabalho. A sociedade londrinense foi convocada e respondeu criando a Sociedade Amigos do Museu-SAN. Iniciou-se o processo de revitalização do museu que durou 4 anos.

Em dezembro de 2000, o Museu reabriu suas portas ao público com espaços adequados para exposições e preservação do acervo. Hoje o Museu está dividido em três Galerias: História, Temporária e de Objetos. Possui Setor de Biblioteca e Documentação; de Imagem e Som; de Museologia; de Divulgação; Laboratório Fotográfico; Diretoria e Secretaria.

Todos esses setores são visitados e consultados diariamente por profissionais de empresas jornalísticas, emissoras de televisão e rádio, acadêmicos de cursos superiores e professores, para elaboração de dissertações e teses de mestrado e doutorado e também por alunos dos Ensinos Fundamental, Médio e Superior com visitas agendadas e monitoradas. O Museu conta ainda com vários projetos em andamento em seus diversos setores.

A Assembléia Legislativa, por intermédio desta Deputada, cumpre o dever de homenagear o Museu Histórico de Londrina "Padre Carlos Weiss" pela sua história e tradição.

REQUERIMENTO Nº 2757

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçado voto de congratulações ao Exmo. Sr. Riccardo Battisti, Cônsul da Itália no Estado do Paraná, em razão de sua posse no referido Consulado em 15 de setembro de 2005.

O Cônsul Riccardo Battisti nasceu em Asmara, Estado da Eritréa, em novembro de 1953. Formou-se em Direito pela Universidade de Roma, em julho de 1979.

Em fevereiro de 1989 entrou para o serviço diplomático. Coursou o Instituto de Diplomacia de Roma, em 1989.

Foi Segundo Secretário em Islamabad (Paquistão), em Julho de 1991.

Em Julho de 1994, foi nomeado Primeiro Secretário em Dakar (Senegal).

Foi Cônsul em Chambéry, na França, em Julho de 1997.

Em Setembro de 2000, assumiu a Chefia da Inspeção Geral em Roma.

O Cônsul é casado com a Sra. Clélia Mangiola.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2781

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, pede à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço ao Pároco da Catedral Basílica de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Cônego Pedro Vison Alves de Souza Filho e equipe de funcionários, Rua Barão do Cerro Azul, 31 CEP 80.020-180, pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na Capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a empresa colaborou, de maneira admirável, com o mais importante mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pela Amigo - Associação Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de 200 instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em 30 horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico de Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a benção de S. Exa. Revma. o senhor Arcebispo de Curitiba, D.

Moacir Vitti, monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A Festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, D. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron - do Turismo, Vera Haj Mussi - da Cultura, Luiz Fernando Delazari - da Segurança Pública; dos senhores comandantes e membros da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho da sua Banda Sinfônica.

Entre os destacados prestigiamentos, o das representações consulares junto ao Governo do Paraná, do Reino da Bélgica, do Império do Japão, do Reino da Espanha, da República da França, da República da Síria, e ainda, do Instituto Cultural Solar do Rosário, na pessoa de sua Presidente, Dra. Regina Casillo.

E ainda a destacar, a dedicada participação de funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, representados também pelo seu Presidente, jornalista Paulino Viapiana, designado pelo Sr. Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, que assim prestou inestimável apoio.

A Festa de São Francisco, em Curitiba, Capital do Estado, prestigiou artistas paranaenses, como a "Orquestra Paranaense de Violas", "William e Renan", "Os Metralhas", "Banda Innexus", "Banda Katmandu", "Irmã Inês e seus Rappers", "Coral Asa Branca de Paranaguá", "Balé do Centro Espanhol do Paraná", "Grupo Folclórico Italiano Garibaldi", "Grupo Ucraniano Poltava", "Banda da Polícia Militar do Paraná", "Grupo Germânico do Clube Concórdia", "Grupo Folclórico Árabe Raiaton Mina Shark", "Grupo Folclórico Anima Dante", "Banda Hangar 18", "Banda Le Figarô", "Banda Lyra Curitiba", "Teatro de Bonecos Dada/Copel, padre Reginaldo Manzotti e sua banda "Evangelizar é Preciso", padre Carlos Kleina e sua "Bandeira do Divino Espírito Santo".

Nos três dias de festa no Largo, tudo transcorreu na mais perfeita ordem e harmonia, com o ambiente imantado de solidariedade cristã.

Admirável o trabalho de divulgação, com transmissões ao vivo, desde o Largo da Ordem para todo o Brasil, realizadas pela TV Educativa do Paraná, sob direção de Marcos Batista e Lu Falco, pela RPC-Rede Paranaense de Comunicação, com elevado apoio de Rogério Mainardes, jornalistas Ana Zimmermann, Wilson Serra e do ilustre diretor, Francisco Cunha Pereira Filho. Apoio também notado do Grupo Paulo Pimentel, da Rede Bandeirantes de Televisão e das TVs CNT, Exclusiva-Rede 21.

REQUERIMENTO Nº 2772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja manifestado seu total apoio às reivindicações dos mais de 108 mil tra-

balhadores dos Correios, em greve desde a última quarta-feira (14/09).

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Os carteiros, operadores de triagem, atendentes e demais trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), pelos seus trabalhos prestados à população brasileira, merecem receber um salário maior.

Ao mesmo tempo, repudiamos quaisquer ações da direção da empresa que porventura contrariem a Lei de Greve e sirva para reprimir ou intimidar a categoria.

Os Correios detêm uma das piores médias salariais da administração pública federal, pouco superior a R\$ 700. Em média, os servidores públicos federais recebem R\$ 2 mil.

A relação entre o menor e o maior salário pago pelos Correios chega a 40 vezes. O maior, pago a diretores dos Correios em Brasília, é de aproximadamente R\$ 17 mil. Já o carteiro em início de carreira recebe apenas R\$ 448.

O Sintcom (Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná) já protocolou uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho contra a direção estadual da empresa, por práticas anti-sindicaís que contrariam a Lei de Greve.

O sindicato está denunciando o uso da Polícia Federal e do Batalhão de Choque da PM, que na última semana foram utilizados para reprimir e intimidar os trabalhadores acampados diante dos prédios da empresa.

Na última sexta-feira (16/09), o sindicato obteve uma liminar que proíbe a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de contratar temporariamente funcionários para substituir os trabalhadores em greve.

A liminar foi concedida pela juíza Susimeiry Molina Marques, da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba. Em seu despacho, a juíza afirma que esse tipo de contratação temporária fere a Constituição Federal e a Lei Federal nº 7.783, em vigor desde 1989, conhecida como Lei de Greve.

A juíza fixou uma multa de R\$ 5mil para cada pessoa contratada irregularmente.

A categoria reivindica um aumento salarial da ordem de 47,17%, resultado da soma de reposição da inflação dos últimos 12 meses (6,61%), reajuste real (20%) e da primeira de três parcelas das perdas de anos anteriores.

No total, as perdas salariais acumuladas entre 1994 e 2004 chegam a 52,53%, conforme cálculos do Dieese. Os trabalhadores também reivindicam a elevação do piso salarial, de R\$ 448 para R\$ 932.

A ECT, que oferece reajuste de 8%, é a maior empregadora em regime celetista do país. Cerca de 107,8 mil carteiros, operadores de triagem, atendentes e funcionários administrativos trabalham na empresa em todo o território nacional.

REQUERIMENTO Nº 2755

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando do mesmo a revisão do repasse, a título de FIDEPS, para o Hospital Universitário de Maringá, aumentando esse valor em caráter de urgência.

A correspondência da Promotoria Especial de Defesa da Saúde Pública e Saúde do Trabalhador, encarece o aumento de repasse, que hoje é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Cabe salientar que o Hospital Universitário de Maringá é certificado como hospital de ensino.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2756

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. José Saraiva Felipe, solicitando do mesmo a revisão do repasse, a título de FIDEPS, para o Hospital Universitário de Maringá, aumentando esse valor em caráter de urgência.

A correspondência da Promotoria Especial de Defesa da Saúde Pública e Saúde do Trabalhador, encarece o aumento de repasse, que hoje é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Cabe salientar que o Hospital Universitário de Maringá é certificado como hospital de ensino.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2758

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Antonio Palocci Filho, solicitando do mesmo medidas urgentes para a correção de tetos para enquadramento das Micro e Pequenas Empresas, que desde 1996 permanecem os mesmos, apesar dos índices inflacionários.

A legislação federal do Simples, implantada em 1996, prevê tetos da receita bruta anual permitidos para micros (R\$ 120 mil) e pequenas empresas (R\$ 1,2 milhão). A inflação anual desde o advento da legislação referida vem anulando o benefício fiscal originalmente concedido.

Sem política pública voltada à micro e pequena empresa não existe sobrevida ou crescimento das mesmas.

Essa regra tributária está impondo à sociedade perdas irreparáveis, não permitindo a geração de riquezas, o aumento da prosperidade e a oferta de empregos.

As micro e pequenas empresas são celeiros de empreendedores e impulsionam a economia. Sem a atenção do Poder Público às micro e pequenas empresas, limitam-se de forma lamentável a perspectiva de crescimento social para o Brasil.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luz Fernando Delazari, solicitando aumento no efetivo para a Polícia Militar de Florestópolis já que apenas 06 (seis) policiais estão lotados no município, porém, apenas 02 (dois) fazem o trabalho de patrulhamento por turno, em função do revezamento.

O aumento se justifica já que a cidade vem registrando índices alarmantes de assassinatos este ano, sendo que no final de semana mais uma pessoa perdeu a vida, vítima de homicídio. A função de delegado exercida pelo sargento local não vem surtindo efeito positivo no Município, com o telefone 190, nem é atendido quando os policiais deixam o posto para atender às ocorrências.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Obras Públicas, Luiz Dernizo Caron, solicitando cópia do edital de licitação da obra para construção do Centro de detenção e Ressocialização, sito à Rodovia PR-483, no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando providências em relação aos presos vítimas de tuberculose em um surto que acomete as delegacias de Londrina e Ibiporã.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro Waldyr Pires, Ouvidor Geral da União, encaminhando o dossiê elaborado pelas entidades para que sejam tomadas as devidas providências com relação a desvio de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que deveria ser utilizado pelo Programa Primeiro Emprego.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2761

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. Dartagnan C. Abilhoa, Promotor de Investigação Criminal, encaminhando o dossiê elaborado pelas entidades para que sejam tomadas as devidas providências com relação a desvio de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que deveria ser utilizado pelo Programa Primeiro Emprego.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Dra. Renita Cunha Kravetz, Procuradora Chefe da República, encaminhando o dossiê elaborado pelas entidades para que sejam tomadas as devidas providências com relação a desvio de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que deveria ser utilizado pelo Programa Primeiro Emprego.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 572/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos professores de todos os níveis da rede pública de ensino do Estado do Paraná, estejam eles em atividade, licenciados ou aposentados.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões ou estabelecimentos que realizarem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas,

culturais, esportivas, e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º Para usufruir do benefício previsto nesta lei, o professor deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, mediante apresentação de Carteira de Identificação Funcional.

Parágrafo único. Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a confeccionar as carteiras especificadas no *caput* do presente artigo, as quais terão prazo de validade determinado.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa o estímulo aos professores da rede pública estadual à frequência dos meios produtores de eventos culturais, esportivos e de lazer.

A educação é "direito de todos e dever do Estado e da família...", assim dispõe o artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Já na legislação infraconstitucional, no mesmo sentido, o artigo 2º da Lei nº 9.394/96. A educação e o aprendizado se dão através de trocas de experiências com vistas à soma de conhecimento para que torne o homem apto a desenvolver-se física, moral e intelectualmente. Não é novidade para ninguém que a educação é base para o desenvolvimento da nação. Reiteradas são as declarações dos mais gabaritados sociólogos que, para garantir-se o desenvolvimento do País, necessário se faz o imediato investimento na educação.

A coordenadora de Educação da Unesco no Brasil, Katherine Grigsby, defendeu que o Brasil adote dois preceitos para melhorar a qualidade do ensino brasileiro: sustentar as reformas educacionais, fazendo com que elas cheguem efetivamente às salas de aula, e definir políticas para a formação dos professores.

A especialista lembra que essas medidas foram incorporadas pelos países que obtiveram os melhores indicadores educacionais nos últimos anos. "Não basta apenas ter um número suficiente de professores educacional nos últimos anos. "Não basta apenas ter um número suficiente de professores, mas formar uma força qualificada", disse.

Consequência lógica do presente incentivo será um aprimoramento cultural indispensável à função do educador. Refletirá avanços na produção acadêmica, o nível de discussão possível, a partir do perfil e envolvimento dos professores (formação inicial e continuada), o amadurecimento da área do conhecimento como disciplina escolar, entre outros.

Ademais, sabe-se das atuais condições financeiras dos professores, o que por vezes causa o afastamento de lugares que podem incrementar sua capacidade intelectual. Trata-se de verdadeira valorização de membro essencial ao desenvolvimento do Estado.

Certo é que o professor está diante da melhor matéria-prima para a construção de um mundo melhor, menos desigual, qual seja, o aluno.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 573/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Trabalho Integrado de Menores - TIM, com sede e foro no Município de Santa Helena, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O Trabalho Integrado de Menores - TIM, entidade civil, fundada em 1º de agosto de 1985, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, educativo e beneficente, devidamente registrada no CNPJ 77.819.530/0001-90, vem realizando um excelente trabalho no atendimento a 286 alunos, oferecendo ensino profissionalizante, alimentação e transporte-escolar.

A entidade também desenvolve assistência social e promoção humana, de acordo com a Lei nº 8742/93. Atendendo crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, em regime de abrigo, conforme Estatuto da Criança e Adolescente. De seis a dezesseis anos, em regime de semi-internato, meninos e meninas de famílias de baixa renda, colaborando com os Poderes Públicos.

A documentação que anexamos aos presente plano de lei comprova o atendimento às exigências da lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 574/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que, todas as empresas que atuam nas Penitenciárias Industriais do Estado, terão alíquota do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) taxados em 5%.

I - Esta alíquota será restrita à produção realizada dentro dos presídios, bem como a matéria-prima que será enviada para a execução ou confecção dos trabalhos;

II - o controle para aplicação da alíquota será concedido pelo controle de entrada e saída de material dos presídios por meio de contagem;

III - a alíquota será aplicada ao montante de produção realizada com a mão-de-obra carcerária, podendo ser produto final, ou semi-acabado;

IV - se a produção em questão não puder ser contada para o estabelecimento da alíquota, poderá ser determinado a forma pela qual sofrerá o controle, por amostragem ou peso, ou outra forma que possa ser determinada a produção pertinente à mão-de-obra carcerária.

Art. 2º As empresas devem respeitar as regras estabelecidas pelo Estado do Paraná e Secretaria de Segurança para ingressar nas Penitenciárias Industriais do Estado.

Art. 3º Fica a Empresa que receberá o benefício de taxação especial da alíquota de 5% do ICMS, comprometida a, além dos pagamentos de salários aos presos, fornecer cursos profissionalizantes que lhes garanta reconhecimento de especialização na área que atuam, gratuitamente.

I - Estes cursos devem ser realizados por profissionais habilitados, em observância a cada área;

II - devem ser emitidos aos presos, certificados de reconhecimento nacional, do curso ofertado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo conceder às empresas que atuam dentro do Sistema Penitenciário do Estado, nas chamadas Penitenciárias Industriais, redução no valor do recolhimento da alíquota de ICMS para um valor de 5% da produção realizada com a mão-de-obra carcerária.

Esta redução possui amparo legal em consonância com a Constituição Federal em seu artigo 155, inciso XII, letra "g", que confere poder aos Estados para promover isenções, incentivos e benefícios fiscais, podendo conceder ou revogar.

A referida norma, denominada Lei de Responsabilidade Social, tem por objetivo incentivar as empresas a investir no material humano depositado nos presídios, fazendo com que os apenados recebam educação profissionalizante e tenham contato com o trabalho, na busca de seu engrandecimento como ser humano, tendo como finalidade última a diminuição dos índices de criminalidade e, sobretudo de reincidência.

Após uma verificação realizada por nossa equipe, tendo como objeto pesquisas realizadas por profissionais ligados à segurança pública, constatou-se que os índices de reincidência entre apenados que recebem educação profissional ou têm contato com trabalho enquanto cum-

prem pena, apresentam redução na ordem de 50% (cinquenta por cento), sendo observada redução média de 70% (setenta por cento) para 20% (vinte por cento).

Segundo informações prestadas pela Dr^a. Dilza Sbrissia, que dirige desde 1999 o Presídio Industrial de Guarapuava, no nosso Estado, uma das unidades que apresenta terceirização de mão-de-obra, estima-se que a reincidência entre os presos que passaram por aquele instituto carcerário e receberam educação profissional ou oportunidade de trabalho está na casa de 5% (cinco por cento) e 7% (sete por cento).

É cristalino que o trabalho permite a elevação da auto-estima pelo exercício de uma atividade laboral remunerada. Contudo, tendo em vista a atual condição do País e do próprio mundo globalizado, torna-se cada vez mais difícil o ingresso ao mercado de trabalho, o que certamente tem como reflexo o aumento contínuo da criminalidade em todo o território nacional, fazendo com que tal matéria seja um problema amplamente discutido nos dias atuais.

Notadamente, o problema se agrava quando se trata das populações de baixa renda que evidentemente é a mais atingida pelo desemprego, tendo em vista as poucas oportunidades de emprego e educação ofertadas pelo Poder Público. Consequentemente, a referida parcela da população acaba por ser a mais atingida pelos dispositivos penais, sendo mais uma vez esquecida em verdadeiros depósitos humanos sem as mínimas condições de dignidade.

Tal situação vem sendo encarada de frente pelos governantes do nosso Estado, que na medida do possível vêm construindo estabelecimentos com melhores condições, baseados na evolução do ser humano.

Neste vértice, tendo como escopo precípua a garantia da ordem pública e a melhoria de condições das parcelas mais desvalidas da população, nada mais benéfico do que a oportunização do trabalho para dignificação do apenado, que além dos benefícios já especificados por esta lei ainda recebe aqueles determinados pela legislação federal, tais como remição (três dias trabalhados = redução de um dia da pena a ser cumprida), entre outros.

Por conseguinte, o atual projeto de lei coaduna-se com os demais dispositivos legais que observam e determinam a reintegração social do apenado, que é objetivo precípua do sistema carcerário, como bem adverte a Lei de Execuções Penais em seu artigo 1º: "a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado ou internado".

Deve-se colocar na cultura atual que a pena não pode mais ser encarada como infligência de dor sem sentido, pois como brilhantemente relata o penalista Eugenio Raul Zaffaroni **"a seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das rela-**

ções horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais."¹

Para o professor Nilo Batista, autoridade internacional no ramo do Direito Penal **"a missão do direito penal defende (a sociedade), protegendo (bens ou valores ou interesses), garantindo (a segurança jurídica ou a confiabilidade nela) ou confirmando (a validade das normas)"**². Observe-se que os fins assinalados se projetam predominantemente na relação penal-sociedade e se apresentam como um sinal positivo, que abrange a funcionalidade, utilidade e dignidade do sistema penal.

Baseando-se neste critério e ainda no ensinamento do mestre Heleno Cláudio Fragoso **"o fim do direito é a tutela e a preservação dos interesses do indivíduo e do corpo social"**.

O atual projeto se mostra fiel ao pensamento dos mais abalizados penalistas nacionais e estrangeiros, pois a função do legislador como representante do povo é verificar a melhor forma de defender os interesses de todo o corpo social e, ao defender a redução de imposto para aqueles que auxiliam o Estado na formação de uma sociedade saudável, está o legislador olhando o futuro, visando à melhoria das condições a todos os cidadãos.

Engana-se aquele que pensa que o apenado é o único a sofrer uma sanção. Na verdade o que se tem por trás do instituto do cárcere é o retorno da dor à sociedade, pois aquele que não tem condições mínimas de vida e de recuperação da vida, acaba se voltando contra seus irmãos.

Por fim, está claro para todos que a prisão não pode se destinar apenas ao simples papel de algo anexo ao "gueto". Assim, por questão de responsabilidade social, cabe a reflexão sobre o tema, para que o processo venha a culminar na conversão do presente projeto em lei, tendo em vista todos os benefícios intrínsecos por ela trazidos.

Certamente, a redução ora proposta apresentará efeitos mínimos perto de enorme ganho social e por consequência monetário aos cofres públicos, pois com o passar dos dias, o governo terá muito menos gasto com a segurança pública. Vale ressaltar ainda que o Paraná, caso aprove este projeto estará mais uma vez na vanguarda nacional, pelo que certamente será seguido pelos demais Estados da nação.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

1.ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro, Revan, 1991. 5 edição, pag. 12.

2.BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. Rio de Janeiro, Revan, 8ª edição, pag. 111.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de entrarmos no Pequeno Expediente, até ia fazer uma sugestão para que invertêssemos o Grande Expediente que será concedido à Associação Comercial de Cascavel e depois nós realizaremos o Pequeno Expediente.

Grande Expediente:

Quero anunciar, também, a presença dos Vereadores da Cidade de Piraí do Sul; o Presidente Alfredo Preste M.; Luciano Solek; Dalney Bueno; João Carlos da Silva; Tânia Mello; Jorge de Oliveira; Rodmara Jayme Queiroz. Nossas boas-vindas aos meus ilustres visitantes, nossos amigos de Piraí, e também cumprimentar, na pessoa do Guido Bresolin - Presidente da Associação Comercial de Cascavel, todos os nossos companheiros, todos os amigos que nos visitam nesta tarde de hoje, quando terão, inclusive, oportunidade de se manifestarem através do Caio Goetlieb - Diretor de Comunicação da ACIC, colocar a posição da Associação Comercial de Cascavel.

Concedo a palavra ao nosso ilustre amigo Caio.

SR. Caio Goetlieb (Diretor de Comunicação da CIC)**O SR. CAIO GOETLIEB**

Sras. e Srs. Deputados, autoridades do Governo, lideranças políticas, companheiros de Cascavel aqui presentes, boa-tarde.

Inicialmente, em nome da Associação Industrial e Comercial de Cascavel que nesse momento representa aqui a comunidade cascavelense também regional, nós queremos agradecer o espaço que nos é concedido pela Assembléia Legislativa, à Mesa Diretora na pessoa do seu Presidente, Deputado Hermas Brandão e também agradecer o empenho dos nossos Deputados da região, que possibilitam que viéssemos até aqui trazer algumas reivindicações importantes, não só para Cascavel mas também para todo o Oeste do Paraná.

Nós vamos divulgar mais um documento que expõe as bases para algumas ações estratégicas para o desenvolvimento de Cascavel e Oeste do Paraná.

(Lê):

**"AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE
CASCAVEL E DO OESTE**

O Oeste do Paraná é formado por cinquenta municípios que juntos detêm menos de 1% do território nacional. A área é modesta diante dos retornos social e econômico que a região oferece ao Paraná e ao Brasil. Os cinquenta municípios têm população, segundo o censo do IBGE, de 1,3 milhão de habitantes e o seu perfil econômico sofre alterações significativas de dez anos para cá. O número de empresas impressiona e mais de 95% delas são de mini e pequeno portes.

A região contabiliza avanços nos mais diversos setores, principalmente nas áreas do ensino, da saúde, da qualificação profissional e também no que se refere à elevada tecnologia aplicada na área agropecuária. O Oeste possui PIB aproximado de R\$ 8 bilhões anuais, o que corresponde a cerca de 25% do Produto Interno Bruto paranaense, que na média dos últimos anos está na casa dos R\$ 30 bilhões.

O Oeste é um dos principais celeiros agrícolas do Estado, uma das principais fontes econômicas brasileiras justamente pela força de sua agropecuária. A região sozinha, cultiva um em cada três grãos colhidos no Paraná. A vocação agrícola da região continua valorizada, no entanto os municípios experimentam crescimento significativo nas áreas da agroindústria e do comércio internacional.

Porém, é o fenômeno da explosão universitária que redefine mais significativamente o perfil social e econômico da região. As instituições de ensino superior estão em diversas cidades do Oeste e apenas Cascavel e Toledo possuem uma comunidade acadêmica formada por cerca de 35 mil pessoas. Cascavel é pólo nas áreas de prestação de serviços e uma referência na saúde pública, oferecendo atendimentos e exames de excelência nos mais diversos setores.

Mas Cascavel e o Oeste precisam da indispensável colaboração de V. Exa. para concretizar empreendimentos considerados fundamentais para o contínuo processo de desenvolvimento da região e do Estado. As principais bandeiras da Acic - que representa 1,8 mil empresas - são o Aeroporto Regional, a pavimentação das marginais da BR-277, no perímetro urbano de Cascavel, e a construção do Contorno Oeste.

1 - Aeroporto Regional

As agências de viagem estimam que 50% das pessoas de Cascavel e de municípios vizinhos que precisam de transporte aéreo desloquem-se com frequência a Foz do Iguaçu e a Maringá a fim de contar com aeronaves maiores e mais seguras para poder viajar. As principais justificativas de quem vai aos aeroportos de Foz e a Maringá são de que as aeronaves que operam em Cascavel são pequenas, instáveis, o preço das tarifas é alto, e há, por falta de equipamentos, cancelamentos frequentes de vôos. A pista é pequena e não pode receber aeronaves de grande porte e o terminal de passageiros não comporta fluxo intenso de passageiros.

Cascavel e Toledo estão no centro de uma região freqüentada por turistas e executivos do mundo todo, que se dirigem ao Oeste a fim de conhecer não apenas as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu, mas que vêm para visitas técnicas a fim de ter contato com a agricultura, a pecuária, a agroindústria e para participar de eventos de nível internacional, como o Show Rural Coopavel, que acontece em Cascavel. O setor de prestação de serviços, um dos que mais crescem na região nos últimos anos, também tem especial interesse em poder contar com um

aeroporto amplo e moderno.

A edição 2005 do Show Rural Coopavel recebeu 180 mil visitantes, gente de todo o Brasil e de várias partes do mundo interessada em conhecer novidades e tendências tecnológicas desenvolvidas para tornar a nossa agricultura e pecuária ainda mais rentáveis. Esses são apenas alguns dados que contribuem para justificar a importância de uma luta de muitos anos, que é a construção do Aeroporto Regional, uma estrutura ampla, moderna e que poderá contribuir decisivamente com o processo de consolidação econômica da região.

A infra-estrutura é condição essencial no processo de crescimento de um município e de uma região e quanto melhor, maiores serão as suas chances de expansão e de melhoria da qualidade de vida da sua gente. O Oeste, principalmente as microrregiões centralizadas por Cascavel e Toledo, oferece importante parcela de contribuição ao desenvolvimento do Estado e Brasil e poder contar com um aeroporto que faça frente à sua importância e às projeções de crescimento é uma questão estratégica e, além disso, uma necessidade.

O resultado dessa obra trará reflexos a todo o Paraná, que já é um modelo para o Brasil nos mais diversos setores. A luta pelo Aeroporto Regional é antiga e mobiliza comunidades inteiras, que reconhecem na execução desse projeto a oportunidade de atrair novos investimentos e de oferecer condições mais favoráveis às milhares de pessoas que se utilizam dessa modalidade de transporte na região. Os números indicam que há demanda e que ela poderia ser ainda maior caso a estrutura aeroviária disponível fosse melhor.

Para viabilizar as obras do Aeroporto Regional, precisamos que o Governo do Paraná inclua os valores correspondentes à desapropriação no Orçamento do Estado de 2006. O custo aproximado para desapropriar os 166,4 alqueires de uma área já aprovada na localidade de Espigão Azul é de R\$ 6,5 milhões. É importante lembrar que o Ministério da Aeronáutica tem especial interesse nessa obra e possui inclusive boa parte dos recursos para esse fim. A previsão para a implantação da primeira fase do aeroporto é de R\$ 40 milhões.

2 - Marginais da BR-277 - perímetro urbano de Cascavel

A pavimentação das marginais da BR-277, no trecho no qual a rodovia corta o perímetro urbano de Cascavel, é uma bandeira empunhada pela Acic há cerca de vinte anos. A cidade cresce acima da média nacional e a previsão é de dobrar sua população, hoje na casa dos 300 mil habitantes, em 15, 20 anos. A projeção indica a necessidade de obras de infra-estrutura capazes de fazer frente a essa expectativa de crescimento, sintoma de avanços em diversas áreas e da importância do município nos cenários econômico e social do Estado.

Os empresários estabelecidos às margens da BR, poder público, concessionária e a Acic buscam há anos fórmulas para a pavimentação dos dezesseis quilômetros da rodovia (já considerando os dois sentidos). O valor da

obra depende muito do material a ser utilizado e pode chegar a R\$ 5 milhões considerando o uso de calçamento poliédrico e a R\$ 10 milhões caso se opte pelo asfalto. A obra é estratégica e para viabilizá-la, precisamos contar com colaboração de V. Exa., a fim de a liberação de pelo menos parte desses recursos seja incluída no Orçamento para 2006.

3 - Contornos

As microrregiões formadas por Cascavel e Toledo possuem juntas cerca de 22 mil empresas e mais de 95% delas são de micro e pequeno portes. Os municípios respondem por grande parte da produção agropecuária do Estado e abrigam grandes empresas do ramo agroindustrial, a exemplo da Sadia, da Diplomata, da Globoaves, da Comil e de cooperativas como Coopavel, C. Vale, Copacol, Lar e Coopagril, algumas delas entre as maiores do País e cujos produtos abastecem o Brasil e boa parte do mundo. Essa característica faz do Oeste uma região de tráfego intenso, principalmente de caminhões.

A região vizinha do Mato Grosso do Sul e do Paraguai, duas regiões importantes no contexto agropecuário e que se utilizam de rodovias para o transporte das safras e para chegar ao Porto de Paranaguá. Além disso faz fronteira também com a Argentina, o que faz com que pela mesma também circule grande parte do fluxo de mercadorias do Mercosul. O tráfego é crescente e a previsão é de aumentar ainda mais nos próximos anos. Por isso, a sociedade organizada do Oeste pede há anos investimentos no Contorno Oeste, uma rota alternativa para retirar dos centros urbanos de Cascavel e Toledo o tráfego pesado. A perspectiva de crescimento é tão otimista, que Cascavel e região precisam também dos Contornos Leste, Sul e Norte.

A proposta do contorno Oeste, principalmente, é antiga e reduz distâncias entre as BR's 277 e 467, duas das principais artérias rodoviárias do Paraná e do Brasil. Esse também é um dos principais caminhos entre as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do Brasil. A obra facilitaria a vida de caminhoneiros, hoje obrigados a fazer um percurso adicional de cerca de vinte quilômetros para sair de uma e ter acesso à outra rodovia.

A Acic, considerando a necessidade e a importância estratégica desse empreendimento, pede a V. Exa. que apresente emenda ao Orçamento de 2006 garantindo os recursos necessários para a execução dos projetos dos contornos rodoviários da região. O Oeste está estimado em R\$ 25 milhões.

Certo de vosso empenho e colaboração, agradecemos.

Entidades Organizadas de Cascavel."

Para finalizar, deixamos por último, porque se trata de uma das reivindicações não só de Cascavel mas é um clamor de todo o Paraná, que é mais segurança.

Esta Carta aqui foi recentemente divulgada e ela consubstanciada a opinião, a manifestação de todas as mais importantes entidades de Cascavel.

Depois vou ler a *nominata* das instituições que assinam essa carta.

(Lê):

**"CARTA POR MAIS SEGURANÇA
EM CASCAVEL"**

Face à crescente onda de violência que assola o Município de Cascavel e deixa tranqüila a comunidade da qual essa cidade é pólo regional, vimos por meio desta solicitar a V. Exa. atenção especial a uma demanda emergente de nossa comunidade: a ampliação de investimentos voltados à segurança pública.

Cabe-nos ressaltar que ações desencadeadas nos últimos dias, como a operação Cascavel Segura, atenuou o drama da ausência de força policial, mas a efemeridade da iniciativa nos coloca em compasso de espera no aguardo do fim da ostensividade do trabalho e no temor quanto à volta da normalidade da criminalidade.

Tomamos a liberdade de sugerir a destinação de um efetivo de duzentos policiais militares dos mil que serão contratados pelo Estado e se possível sugerir que os mesmos façam a preparação em Cascavel no 6º BPM. Ressalta-se que o Oeste responde por um quarto da produção de riquezas da região e consideramos justo esse número, não só pela necessidade premente, mas também pela necessidade de preencher quadros defasados pela diminuição gradativa de efetivo em virtude de aposentadorias, licenças, afastamentos e óbitos.

Sugerimos ainda que V. Sa. acompanhe o cronograma de construção da Casa de Custódia, o repasse de novas viaturas e equipamentos, a criação do Pelotão de Trânsito, ampliação do Disque 161, a reativação da Delegacia Antitóxicos, a reforma do Instituto de Criminalística, entre outros.

Acrescente-se que Cascavel, à mercê de comemorar o nascimento de seu habitante de número trezentos mil, vê assustada a crescente onda de assaltos à mão armada, seqüestros, latrocínios, estupros, furto e roubo de veículos e outros. A sensação de insegurança é avassaladora e contamina a maioria. Poucos têm coragem de sair de casa em horários mais avançados e quando o fazem o sentimento é de que o mal está por vir.

A comunidade organizada faz sua parte, aliada ao poder público municipal, que organiza uma força paralela de segurança, a Guarda Municipal, porém com prerrogativas limitadas de atuação. Cabe ao Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, promover os investimentos necessários, conforme reza a Constituição Federal.

Tomamos a liberdade de salientar a V. Exa. que a comunidade de Cascavel sempre respondeu eleitoralmente aos seus programas de governo e de campanha, tanto que, no último pleito confiou-lhe 57% dos votos válidos, repetindo o que já havia ocorrido anteriormente.

Esse pleito é fruto do entendimento de cerca de quarenta entidades representativas da sociedade de Cascavel e não possui caráter político ou partidário. É um

apelo a V. Exa. que, sempre solícito e ciente da real situação, temos certeza de que será atendido em sua plenitude, ou da forma com que o Estado possui condições.

Sempre confiantes em vossa atenção e disponibilidade, renovamos nossos votos de apreço e consideração.

(aa) PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA, CÂMARA DE VEREADORES DE CASCAVEL, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CASCAVEL, ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS, COMPANHIA CASCAVELENSE DE TRANSPORTE E TRÁFEGO, SINDICATO DOS LOJISTAS E DO COMÉRCIO VAREJISTA, SINDICATO DAS FARMÁCIAS, SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, SINDICATO DOS CONTABILISTAS, SINDICATO RURAL PATRONAL, PACTO POR CASCAVEL, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS, LOJA MAÇÔNICA UNIVERSITÁRIA, ASSOCIAÇÃO DOS JOALHEIROS E ÓTICOS, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS, SINDICATO DA HABITAÇÃO E IMOBILIÁRIAS."

Diante disso, da crescente onda de assaltos, é que eu faço meu comentário pessoal aqui, que provavelmente em Cascavel e na Região, a votação contra o desarmamento será maciça e esmagadora.

Srs. Deputados, seriam essas as reivindicações de Cascavel que nós, em nome da comunidade, trouxemos ao Plenário.

Agradecemos mais uma vez pela oportunidade que nos foi concedida e, também, dizer que nem tudo é só cobrança e reivindicação. À noite, nós pretendemos oferecer um jantar no restaurante Velho Madalosso. Gostaríamos de contar com a presença de todos os Deputados, lá. Será um prazer, podermos estreitar os nossos laços, podermos conversar mais ainda, com as questões que nós apresentamos aqui, a fim de encaminhá-las, para que os Deputados nos ajudem, nesse pleito.

Como Cascavel não elegeu nenhum Deputado Estadual na última eleição, nós queremos transformar o Plenário da Assembléia em nosso representante, aqui no Poder Legislativo.

Queria registrar, também, a chegada no nosso recinto, do nosso Vice-Prefeito Municipal Valder Piaia, que representa o Poder Executivo, na impossibilidade de estar presente, nesta tarde, o Prefeito Elisias Tomé.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, Deputado Augustinho Zucchi.

Estamos aceitando inscrição, Deputados Rafael Greca, Elio Rusch, Elza Correia, e Traiano.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Meu caro Presidente Hermas Brandão, eu gostaria de cumprimentar a todos os cascavelenses, que vêm hoje nos visitar na Assembléia Legislativa e, apenas usar da palavra para parabenizá-los.

Parabenizá-los, por terem mais uma vez se organizado e vindo à Assembléia Legislativa colocar as suas reivindicações, as dificuldades que tem o Município de Cascavel, os sonhos e as aspirações da população cascavelense.

Dizer aqui, que embora o orador que estava na tribuna falou de que Cascavel não tem nenhum Deputado Estadual, mas na verdade, quando nos elegemos Deputado Estadual, não nos elegemos apenas para representar somente àquele que em nós votaram. Nós temos a obrigação de representar o Estado como um todo. Nós temos a obrigação de trabalhar em conjunto, com todas as forças vivas da sociedade representados aqui no Parlamento em defesa da sociedade como um todo, e Cascavel não é importante apenas para o Oeste do Paraná, é importante para o Sudoeste também, região que eu represento. É um pólo extremamente importante não apenas para o Oeste e para o Sudoeste; é um pólo importante para o Paraná também. Então, creio que é importante essa reivindicação. Agora, podemos aqui contribuir, podemos ser os vetores desta reivindicação; mas é claro que isso também depende de uma posição forte, firme, determinada do Governo do Estado para que as reivindicações possam ser solucionadas.

Apenas uso a palavra para parabenizar a comunidade cascavelense, as suas entidades representativas, e dizer que o fundamental é isto; assim como representamos a população aqui no Parlamento, as entidades da sociedade civil organizada representam a sociedade; têm legitimidade. O senhor, desta tribuna, tem não a prerrogativa do mandato parlamentar, mas tem a prerrogativa da representação popular de Cascavel.

Então, é válido o seu pronunciamento aqui, e para nós também é válida a justificativa dos senhores e das senhoras de Cascavel, pedindo para que somemos aí os esforços de todos os Parlamentares na busca de soluções para os problemas de Cascavel, que na maioria são problemas também inerentes a outras regiões do Estado, são problemas inerentes à questão do Estado como um todo, como é a questão da segurança pública. Então, gostaria de somar-me, colocar-me aqui à disposição de estarmos juntos, na compreensão de que nós, Deputados, representamos a população como um todo, e não apenas aqueles que votaram em nós.

Portanto, a população de Cascavel pode contar conosco para que possamos solicitar, cobrar do Governo do Estado, cobrar dos órgãos competentes as medidas necessárias para que Cascavel tenha o que merece, porque Cascavel é uma referência para o Paraná, é uma referência para o Brasil.

Muito obrigado.

Parabéns a vocês da comunidade de Cascavel que vêm nos visitar na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Solicitamos ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel o encaminhamento oficial a esta Mesa Diretiva, Sr. Guido Brezolin, para que possamos fazer posteriormente o encaminhamento das solicitações à Comissão de Orçamento desta Casa.

Conforme determinação desta Mesa, vamos encaminhar à Comissão de Orçamento para ser analisado quanto da proposta orçamentária a esta Casa.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É para ressaltar a feliz idéia da Associação Industrial e Comercial de Cascavel em trazer a esta Casa anseios da comunidade e da região.

Distingue a Região Oeste do Paraná a presença dessa gente escolhida que são os pioneiros que, em tão pouco tempo, fizeram ali uma civilização.

Cascavel tem um pouco mais de cinquenta anos de fundação. No entanto é hoje sede de uma universidade, tem a melhor escola de engenharia do Paraná. É também sede de uma arquidiocese da Igreja Católica. Além de ser um centro universitário e cultural da maior significação.

Ainda no último sábado a capital assistiu, na Festa da Igreja da Ordem, a apresentação da Orquestra Paranaense de Cordas, que veio de Cascavel com um refinado repertório, mostrar aqui aquilo que já havia realizado em Paris, na ocasião do Ano França-Brasil, quando lá apresentaram o seu trabalho.

É muito importante para o Paraná e para nós que o amamos que, em pouco menos de sessenta anos, a cidade de Cascavel consegue se tornar um pólo civilizatório.

É um exemplo de maturidade política vir o Presidente da Associação Industrial e Comercial de Cascavel com seus Pares trazer aqui aquilo que é anseio da administração do Prefeito Lísias Tavares da Silva e anseio regional há muito tempo.

Quanto a mim me gratifica muito ver na tribuna desta Casa o meu amigo Caio; de resto daria um ótimo Deputado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Pela ordem de inscrição, o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

De uma forma muito especial, cumprimento o Presidente da Associação Industrial e Comercial de Cascavel, Guido Brezolin Júnior; o Vice, da Acic, Valdinei da Silva; o Secretário da Associação, Velagio Schimit; Caio, nosso amigo de tantos anos que é o Diretor de Comunicação da CIC; Alfredo Kefher, empresário e dono do jornal de Cascavel, pessoal da imprensa de Cascavel, aqui presente.

Dizer que a Casa hoje sente-se honrada com a presença de todos os empresários de Cascavel.

Aqui está o setor produtivo de Cascavel, e por que não dizer, de grande parte da Região Oeste do Paraná.

O Caio, quando fez a leitura do documento elaborado pela CIC e transmitiu para todos os Parlamentares do Paraná, que fique inserido nos Anais desta Casa.

Com toda a certeza o Líder do Governo, a própria CIC e todos os Deputados do Oeste do Paraná, independente de partido, estão abraçando esta causa.

O Deputado Dobrandino da Silva, como Líder do Governo e como Deputado do Oeste do Paraná, que possa fazer com que o Governo do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, possa vir já embutido no orçamento para a construção do aeroporto regional.

Se isso não for possível, tenho certeza que o Deputado Ademir Bier, Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa e o Marcos Isfer que é nosso amigo, acima de tudo um defensor da infra-estrutura necessária do nosso Estado, para que possamos desenvolver o Estado em todas as regiões.

O Deputado Marcos Isfer fará contemplar o Orçamento de 2006 com uma emenda que, sem sombra de dúvida, poderá ser subscrita por todos os Deputados, não do Oeste, mas de todos que têm assento aqui na Assembleia Legislativa.

Quero parabenizar à Associação Comercial por essa iniciativa de vir à Assembleia Legislativa trazer as reivindicações que, na verdade, Caio, não são de Cascavel; são do oeste do Paraná. Essas mesmas reivindicações já foram debatidas pela Caciopar, pela Amope, pela Camope, por todas as entidades que têm representação na nossa região Oeste do Paraná.

Parabéns a vocês e somos solidários com a nossa região e, principalmente, com a classe produtora da nossa região.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra a Sra. Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Queria cumprimentar o Sr. Caio, que nos falou aqui, traduziu as reivindicações de toda a comunidade de Cascavel; cumprimentar o Vice-Prefeito, que está presente; os demais empresários; senhoras e senhores que nos honram com a presença nesta Casa.

Quero dizer que a Assembleia Legislativa do Estado, como disse o Deputado que me antecedeu, é a caixa de ressonância das reivindicações e das demandas de todo o Estado do Paraná. Somos Deputados representando os 399 Municípios. Dentro desse princípio, dessa concepção, é que temos atuado nesta Casa. Então, o que é bom para Cascavel e para a região, é bom para o Paraná como um todo.

Desta forma, somo-me a esse grupo de Deputados, aos 54 aqui, na Casa, com essa preocupação, porque assim tem sido a nossa atuação diante dos projetos, das reivindicações.

Não podemos deixar de voltar o olhar para Cascavel. Ainda ontem, almoçava com o Governador Roberto Requião e alguns empresários de Cascavel e falávamos do que representa Cascavel do ponto de vista de pólo, de referência, de parque industrial, principalmente na área de confecções e alimentos. Isso não é qualquer coisa. Isso é, realmente, um perfil importante que deve ser observado no Estado do Paraná. Portanto, me deixa muito satisfeita ver a sociedade civil organizada, a Acic, que representa a Associação Comercial Industrial, portanto, o coração da tese que estamos defendendo, estando presente à Assembleia Legislativa, representando a sociedade civil organizada, representando os interesses e cumprindo seu papel de responsabilidade social para com a sua cidade, a sua região e para com o Estado do Paraná.

Nós o cumprimentamos e, podem ter certeza absoluta, todos que estão aqui, que nós seremos signatários, não só das emendas, mas de todas as propostas e projetos que venham na direção de fortalecer o Estado do Paraná. Não só Cascavel, mas dos nossos 399 municípios.

Parabéns, e bem-vindo sempre a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Caio, boa-tarde!

É uma satisfação ter todo setor aqui presente, toda sociedade organizada de Cascavel, representada, através da Acic. Vejo vários empresários, o Alfredo, o Presidente Brizolim.

Essa luta de Cascavel é do Oeste do Paraná.

Com certeza absoluta, Srs. Deputados, nós que somos vizinhos da cidade de Cascavel, da cidade de Toledo, sabemos que a prioridade número um de toda região Oeste do Paraná é a carência de infra-estrutura na área de aeroportos. Já estivemos no DER, aqui no Estado; já estivemos no Ministério da Defesa, em Brasília; em conversas, há uns dois, três meses, e, do ponto de vista técnico, é a vez do Oeste do Paraná ter um aeroporto de porte para levar, para conduzir de forma mais rápida o setor produtivo, as pessoas que precisam de viagens de forma mais rápida e com segurança. Acredito que o

Governador dará o sinal verde para esse aeroporto. Vamos fazer todo um esforço coletivo, de todos os partidos políticos e de todas as forças, porque é unanimidade de todas as forças políticas do Oeste do Paraná, do setor produtivo que o aeroporto regional seja uma realidade. O Estado, no ano que vem - foi colocado aqui pelo Caio - não vai precisar de muito recurso em um primeiro momento. Em um segundo momento, a União tem também disponibilizada uma quantia significativa de recursos, para esse aeroporto na cidade de Cascavel.

Vou dar um outro dado: considerando que Londrina e Cascavel possuem dois aeroportos, considerando o contingente populacional de toda essa região do Norte do Paraná, somando à distância Maringá/Londrina e o público alvo que precisa do transporte aéreo e considerando o nosso futuro aeroporto lá, acredito que temos mais potencial de pessoas para voarem em uma estrutura que ainda não existe. Esse dado, certamente, levaremos ao Governador, mostrando estatisticamente que vão voar muito mais pessoas nesse aeroporto, que só não voam mais por causa da dificuldade de infra-estrutura.

Acredito que toda essa mobilização, essa disposição de vocês virem aqui nos ajuda muito nesse empenho, para que as grandes bandeiras do Oeste aconteçam. Aliás, muitas delas estão acontecendo. De público, agradecemos, neste plenário, e a sociedade organizada reconhece isso, que a duplicação da rodovia Toledo/Cascavel deverá ser inaugurada em março do ano que vem. A Toledo/Quatro Pontes, Sr. Presidente, esta semana fecham as obras, só falta a sinalização e será inaugurada no dia 30 de outubro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos de Cascavel, Presidente da Associação Comercial, Caio, empresários, sociedade organizada, imprensa, meu amigo Alfredo.

É uma satisfação estarmos aqui recebendo essa comitiva da sociedade organizada do Oeste do Paraná, buscando alternativas para a consolidação de uma região que é colocada no contexto do Estado do Paraná, como uma das mais importantes regiões, economicamente, que contribui e gera riquezas de divisas ao Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado como um todo, com certeza, compreendendo a necessidade da região Oeste do Paraná, não tenha dúvida, Caio, senhores empresários e imprensa aqui presente, vai dar a sua parcela de contribuição no sentido de fazer com que os pleitos e as reivindicações da região sejam, se não atendidas, pelo menos que elas encontrem ressonância den-

tro da esfera governamental, porque é um clamor, com certeza, de toda a sociedade do Oeste e, queira ou não, dos Srs. Deputados. Todos nós temos vinculação no Paraná como um todo. Todos nós, de uma forma direta ou indireta, estamos presentes também na região Oeste do Paraná. Temos lá eleitores, companheiros, amigos e por essa razão temos compromisso com a região Oeste do Paraná.

Portanto, Caio, senhores empresários, como Deputado tenho uma vinculação muito forte com o Oeste, por ser da região Sudoeste do Paraná.

Quero fazer aqui a minha manifestação de apreço e solidariedade e dizer aos Srs. que vêm da região Oeste, que como membro da Comissão de Orçamento desta Casa, vou me empenhar o máximo possível, para quem sabe, em conjunto com outros Parlamentares, possamos apresentar uma emenda para contemplar parte das reivindicações que os senhores trazem nesta Casa, neste dia. Quero crer que a sensibilidade do próprio Governador deve, com certeza, atender os pleitos que os senhores trazem neste dia.

Parabéns pela forma organizada, pela demonstração de unidade de uma região que realmente é um celeiro econômico para o Estado e representa o Estado muito bem. É uma região geograficamente muito bem localizada, tem uma série de problemas comuns, como as demais comunas do Estado, mas que tem que ser olhada de uma forma diferenciada pelas autoridades governamentais do Estado.

Parabéns a todos vocês!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Meu caro amigo Caio, certamente todas as palavras elogiosas, sobretudo pela organização dos empresários e industriais de Cascavel, da região tão rica e tão importante para este Estado, que é o Oeste do Paraná, ali como cidade-pólo.

Acho que o que é mais importante do que estamos assistindo hoje, aqui, é exatamente essa participação na hora mais oportuna, que é a hora que se elabora o orçamento para o ano vindouro.

Então, o que estou sentindo é que a sociedade está cada vez mais atuante na vida política do Estado. Certamente Cascavel sabe que o orçamento que vamos aprovar no ano que vem, gira em torno de quinze bilhões de reais - aí inclui saúde educação, segurança e outros.

Vocês estão aqui hoje organizadamente, e certamente acabaram sensibilizados os Srs. Deputados e quero dizer também a você, Caio, que tenho um pouco de obrigação com Cascavel e região, porque lá conheci minha mulher e com ela me casei; é mãe do meu filho Leonardo;

foi aquela região que me deu quase três mil votos para eu estar sentado aqui.

Portanto, sinto-me um pouco responsável pela região Oeste, e com muito carinho.

Um forte abraço a todos vocês!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (Sem Partido)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria aproveitar, Sr. Presidente, para fazer uma saudação especial, neste dia, aos companheiros de Cascavel, até porque o pessoal, seguindo as suas origens, escolheu um dia especial para vir a esta Casa - é um dia especial para quem colonizou Cascavel, que é o Dia do Gaúcho. Hoje estamos comemorando o 20 de setembro, que é o nosso dia, dos gaúchos. E como a maioria dos gaúchos foram os desbravadores do Oeste do Paraná, nada mais importante do que neste dia estar aqui a comunidade de Cascavel para fazer um pedido especial, um pedido de apoio, um pedido de atenção e um pedido muito especial para a sua comunidade.

É importante destacar que o gaúcho tem três qualidades interessantes. A primeira é que é humilde - uma das coisas mais importantes do gaúcho é sua humildade. A segunda é sua hospitalidade - o gaúcho é hospitaleiro por natureza. E terceiro, e uma das mais importantes, o gaúcho e os seus descendentes são bairristas - eles amam a sua terra, amam o seu Estado e amam a sua cidade. E essa união de Cascavel aqui, exatamente neste dia, brigando pela sua região, exatamente neste dia, brigando pela sua região, porque quando se briga por Cascavel, automaticamente está se brigando pela região, pois Cascavel é uma cidade importantíssima no contexto regional do Estado do Paraná.

Então, a união das forças vivas da comunidade, o encontro, as aspirações que o povo de Cascavel quer ter, podem ter certeza que terá sempre o nosso apoio. Eu que já tive a felicidade de trabalhar, não em Cascavel, mas na sua região; que em muitas oportunidades que tivemos de estar em Cascavel, pode ter a certeza, toda a comunidade de Cascavel, que, independente de ser Deputado da nossa região de Ponta Grossa, todos os projetos que já passaram por aqui ou que passarão e que necessitem do nosso apoio, iremos dá-los porque entendemos que a região Oeste do Paraná, onde já tivemos o prazer de conviver muitos anos, é uma região muito importante, não só no contexto do Paraná, mas no contexto da nossa vida, porque nós aprendemos muito lá quando passamos pelas pequenas cidades e até na Cidade de Cascavel.

E, por fim, eu gostaria de divergir um pouquinho do Deputado Zucchinho. O Deputado Zucchinho falou da

questão do Deputado de Cascavel e eu entendo esse anseio da comunidade. Eu acho que uma cidade como Cascavel, é claro, é importante ter um representante nesta Casa. E eu sempre fui defensor do voto distrital, mesmo não existindo; eu só faço campanha na minha região. Eu, por ter sido radialista e ter convivido muitos anos em cidades, até na região de Cascavel, Oeste, na região de Ubiratã e outras regiões, sempre nas eleições, quando me entrevistam nas rádios eu digo: votem nos candidatos daí, porque vocês têm que apoiar os seus candidatos, porque, por mais que eu tenha amigos e respeite vocês, vocês precisam fazer o seu candidato para brigar por vocês!

Então, eu entendo esse anseio da comunidade de Cascavel que diz e que luta para ter um Deputado; é preciso que haja um amadurecimento na própria cidade, para que não saiam muitos candidatos, pois quem acaba perdendo é a comunidade, que perde a oportunidade de eleger um líder da sua cidade, às vezes por questões de muitos quererem ser e acabam tirando a oportunidade de alguém ser candidato.

Era isso. Eu queria fazer essa saudação ao povo de Cascavel e ao povo do Oeste do Paraná, e dizer a todos vocês que aquilo que for possível, nós, por termos passado por Cascavel, temos passado pelo Oeste do Paraná, sempre haverá um jeitinho de ajudá-los aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, quero parabenizar a querida cidade de Cascavel, lá no Oeste do Paraná, aqui representada pelo seu Vice-Prefeito e pelos empresários de Cascavel. Muito obrigado pela presença de vocês nesta Casa, as lideranças importantes de Cascavel, está aqui o nosso amigo de longa data, o Caio Goetlied, e digo-lhes que ouvi com atenção a sua reivindicação. Estão corretíssimos. Vou levar isso ao Governo. Eu converso com o Governador diariamente; viajo bastante com ele. Já conversei algumas vezes com relação ao Aeroporto de Cascavel. Lógico que não depende só do Governo, depende também do Governo Federal, através da Infraero, mas ele ainda não se manifestou, Caio, mas eu imagino que com certeza pronunciar-se-á. Eu não vejo tanta dificuldade até, não é fácil, é claro. Se o fosse já teria o Aeroporto de Cascavel, mas, para mim o caminho é esse, é uma luta, uma batalha.

Portanto, quero parabenizar e dizer que nós também vamos encampar essa luta, porque sei da importância que tem para Cascavel, que é uma cidade muito promissora, uma cidade importante no contexto econômico-social do nosso Estado do Paraná. Nós sabemos da grandeza que é Cascavel, através da nossa gente trabalha-

dora, das grandes empresas e o desenvolvimento que teve. Eu a conheci quando tinha menos de vinte mil habitantes, nos anos 60, quando cheguei lá no extremo oeste. E admiramos e nos orgulhamos pelo crescimento de Cascavel, feito pela nossa gente. O governo tem manifestado o seu carinho, seu interesse por Cascavel, haja vista as grandes obras que tem lá, a duplicação da estrada Cascavel/Toledo e assim por diante.

Essa reivindicação do aeroporto, vamos marcar uma conversa do Governador com as lideranças de Cascavel. Nós não temos aqui, como já disse, um Deputado Estadual de Cascavel, mas temos brilhantes lideranças em Cascavel que perfeitamente estão aptas a defender os seus interesses, como tem aqui a Prefeitura, representada pelo seu Vice, que tem hoje um entendimento muito bom, as portas abertas do Governo, desde que iniciou o seu mandato. Temos um respeito muito grande pelo Prefeito.

Eu acho que com essa vinda de vocês, com essa força que está demonstrando a liderança de Cascavel, vamos abrir as portas para o diálogo, para entendimento para que o Governo possa dar o sinal verde a essa reivindicação que eu imagino importantíssima!

A outra, tão ou mais importante que essa, - para ser franco a vocês acho mais difícil de resolver-, é o problema de Segurança.

Estamos votando aqui na casa uma mensagem do Governo que estabelece o aumento do efetivo da Polícia Militar na estrutura do Governo que é para chegar a 20 mil; vai aumentar não sei quantos mil policiais militares. Mas eu pergunto: Será que isso é necessário para resolver o problema da Segurança? Nós sabemos que segurança não é apenas um problema de Cascavel, não é de Curitiba e nem do Paraná, mas do Brasil, hoje! Desobediência civil, impunidade, tudo isso está ligado e nós temos um trabalho enorme, temos lutado muito, discuto quase todo dia com o Governador, com o Secretário de Segurança para acharmos um caminho para amenizar o problema da violência no Paraná.

O Governo tem, sim, que estar trabalhando muito, não está medindo esforços em compra de viaturas e assim por diante. Outro dia conversando com o Secretário viemos de Toledo para cá junto com o Governador, no avião, e eles diziam que este ano - veja bem, Caio - a Secretaria de Segurança do Paraná não recebeu ainda um centavo do Governo Federal que é o Fundo de Segurança! Então o Governo encontra dificuldade e muitas, é verdade, mas está trabalhando!

Não vim aqui para falar, defender o Governo, mas é uma constatação. Lógico, o Governo tem milhares de problemas mas está numa luta enorme na defesa do povo do Paraná.

Então, quero dizer a todos vocês, aos senhores que estão aqui hoje, estão porque sabem o que querem. É louvável essa atitude de vocês. Amanhã o Governador vai a Foz do Iguaçu. Vamos estar lá, com ele, e eu vou levá-lo, registrar a vida de vocês e vamos marcar, nos próximos dias, o mais rápido possível, uma discussão em torno

dessa reivindicação, para que vocês tenham um panorama dessa situação, do ponto de vista do Governo. Eu tenho certeza que o Governo não se negará e não vai deixar de atender reivindicações importantes como essas de uma cidade brilhante como é Cascavel. Estaremos com vocês. Eu conheço o esforço das lideranças de Cascavel, da Prefeitura, dos Vereadores, converso muito com meu amigo de Cascavel, Leonardo Paranhos, que é um lutador pelas causas de Cascavel. Vamos, com certeza, encontrar um caminho para atender às reivindicações de Cascavel!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, quero também, em meu nome e dos demais Deputados do Partido dos Trabalhadores - que não puderam e certamente não vão falar porque são muitos - dizer que estamos muito felizes com a iniciativa que vocês de Cascavel tiveram. É uma organização importante, a Associação Comercial e Industrial, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, as demais entidades. Eu em especial falo, porque já tive oportunidade de ter uma ligação até mais próxima com Cascavel quando o Edgard Bueno era Prefeito e tive oportunidade de fazer um trabalho junto, aqui, pela Assembléia. Muitas coisas conseguimos fazer por Cascavel; tenho amigos na Câmara de Vereadores.

Quero dizer que, embora bastante distante pela distância física, mas com certeza não só eu, mas o meu Partido, estamos à disposição também para ajudá-los porque sabemos da importância que representa Cascavel no Oeste do Estado. Até disse numa oportunidade, que Cascavel e o Oeste do Estado do Paraná se forem bem, vai bem o resto do Paraná. Se for mau, nosso Estado é que vai mau, porque lá, além de um pólo produtor de grãos de suma importância para o nosso Estado, gerador da economia é um pólo que, pelo seu pouco tempo de existência física, está dando um exemplo de crescimento ordenado no nosso Estado. Portanto, quero aqui rapidamente me colocar à disposição junto com os demais Deputados do meu Partido.

Encerro dizendo: Cascavel hoje não tem um Deputado; certamente tem 54, porque todos aqui sabem do interesse que é para o nosso Estado o crescimento de Cascavel, da importância que é o novo aeroporto para o crescimento da região, como dos contornos que V. Sa. se reporta aí da tribuna. Sabemos da importância que é para o crescimento da região. Portanto, a Assembléia, como um todo, certamente estará ajudando a reivindicação que Cascavel nos traz no dia de hoje. Parabéns pela organização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Justus.

Deputado Nelson Justus (PFL)

O SR. NELSON JUSTUS

Minha saudação a todo o pessoal de Cascavel, especialmente a você, Caio.

Vou ser bem rápido, para não me tornar repetitivo. Já que estamos falando com empresários, vou deixar a minha condição de político para voltar à minha condição de empresário.

A respeito do aeroporto, temos que ser claros e objetivos. Estamos com a comenda debaixo do braço, primeiro passo, o pode, do Governador. A partir do momento que ele der o pode, temos recursos, 70% do Ministério da Aeronáutica e 30% Governo do Estado. Acho que a desapropriação deveria ser feita pelos próprios Municípios. Se isso não for possível, o valor não é abusivo. Aí entramos nas questões de projetos, refazê-los, e questões ambientais, questões legais da desapropriação e fazer o aeroporto.

Há um tempo para isso, não adianta imaginarmos que vamos fazer isso em 1, 2, 3 anos. Não! O aeroporto, se o Governador der o pode hoje, vamos levar de 4 a 5 anos para inaugurar! Temos que ser práticos, positivos e rápidos para aproveitar, antes que o Governo Federal desmorne por total, por inteiro. Aproveitar enquanto ainda tem alguma coisa em pé e aproveitar esse recurso que está alocado, ou que deva estar alocado no Ministério da Aeronáutica. Então, essa é a conversa, jogo simples, puro, rápido, como empresário gosta que seja.

Contem com esta Casa, os 54 Deputados vão estar ao lado de vocês nas questões orçamentárias, pressões políticas e através da imprensa ou através, aqui, da Casa.

Parabéns a vocês. É assim que se faz, organiza-se a comunidade, põem-se a encomenda em baixo do braço e vai atrás!

Sucesso e felicidades!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Duílio Genari.

Deputado Duílio Genari (PP)

O SR. DUÍLIO GENARI

Gostaria de saudar o Caio, o Presidente da Associação de Cascavel, o Sr. Manfredo e demais industriais.

Quando estava ouvindo os oradores, comecei a pensar que em 1953, 1954, já tivemos a oportunidade de conhecer o primeiro Prefeito de Cascavel, Sr. Formighieri, e daí em diante, todos os Prefeitos nós conhecemos e as dificuldades.

Tenho a alegria por estar acompanhando com referência ao aeroporto quando se escolheu o local, aeroporto regional, com o apoio da sociedade e com a presença do Governador Roberto Requião, no mandato anterior,

quando se iniciou, e a prova é que se iniciou tanto o trabalho da duplicação Toledo/Cascavel/Toledo, que houve até uma licitação.

É um trabalho que se iniciou há muito tempo e o Deputado Nelson Justus comentou que levará de três a quatro anos a sua conclusão, iniciando agora. Se tivéssemos tido a sorte de iniciar o aeroporto há quatro anos atrás, estaríamos inaugurando o aeroporto hoje!

Por isso é que temos que nos dar as mãos, nós, lá do Noroeste do Paraná e fazer com que esse encontro, essa reunião com a presença de tantas lideranças de Cascavel, que são lá do Noroeste do Paraná, possa abrir um campo de discussão para que possamos ter o aeroporto, o contorno de Cascavel e tantas outras. Vejo que tudo aquilo que acontece na cidade de Cascavel ou na cidade de Toledo ou em qualquer outra cidade, as vantagens todas elas terão.

Por isso é que estamos procurando estar junto com Cascavel, junto com o Oeste do Paraná para que essas obras e tantas outras venham a acontecer lá.

Parabéns pela presença de vocês. Tenho certeza que ela despertou a todos nós aqui da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na seqüência, concedo a palavra ao Deputado Nelson Garcia. Posteriormente, ao Deputado Valdir Rossoni, Chico Noroeste e, finalmente, Ademir Bier.

Deputado Nelson Garcia (PSDB)

O SR. NELSON GARCIA

Amigo Caio, amigo cascavelense, eu sei que você está cansado, mas é uma luta muito importante e eu não poderia deixar de falar com vocês, Caio e amigos de Cascavel, porque tive a grande satisfação de ter duas paixões de cidade: a minha, que eu vivo hoje, que é a Capital da Amizade, Umuarama; e aquela que me acolheu e onde morei durante oito anos, Cascavel, onde trabalhei como bancário, gerente de Banco. Está aqui o Paranhos, que trabalhou comigo e tivemos a grande satisfação de conhecer muitos amigos.

Mesmo assim, quero dizer a você e aos amigos cascavelenses. Sempre respeitei, como disse o Jocelito, o eleitor e o voto de Cascavel, mas nunca deixei de dar atenção aos amigos que me procuraram. A luta de vocês é muito grande, desde quando cheguei lá em Cascavel, em 81. Se vocês têm a conquista hoje da duplicação - e eu fui a um casamento no sábado passado, em Cascavel - é a luta também dos políticos, mas da sociedade de Cascavel e da sociedade de Toledo.

A luta da ferrovia. Eu também lembro bem. É uma luta de vocês, é uma grande conquista e hoje vocês estão fazendo, aqui nesta Casa de Leis, escola. Podem ter certeza que muitas regionais vão fazer o que vocês estão fazendo aqui, procurando os direitos da sociedade de Cascavel.

Quero somar-me ao clamor de vocês. Estou aqui com quatro mandatos de Deputado Estadual, sempre respeitando o povo de Cascavel e espero que vocês se unam e mandem seus representantes aqui para esta Casa. É muito importante. Eu digo, na minha região de Umuarama, sempre: na hora de você decidir, primeiro eu decido pela minha região e depois pelo Estado do Paraná. Sempre foi assim. Não adianta ser diferente. Quando lutamos pela ponte de Camargo, quando lutamos pela ponte de Guaíra, quando lutamos pela Universidade da minha região, foi dessa forma. É dessa forma que a gente faz: é brigando, é lutando e é trabalhando aqui, neste Parlamento.

Parabéns a vocês.

A sua luta, tenho certeza, vai ser um grande sucesso, porque vocês são muito organizados e estão fazendo escola neste dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero cumprimentar o Caio e toda a representatividade de Cascavel e aproveitar para cumprimentar o Alfredo, que é o Coordenador do PSDB da região Oeste e dizer que assumimos um compromisso numa entrevista de televisão, que o PSDB está às ordens da sociedade de Cascavel, para que Cascavel conquiste o espaço de ter Deputados aqui nesta Casa.

Quero aqui prestar uma homenagem a um grande Parlamentar que passou por esta Casa, o Deputado Edgar Bueno. Sinto, nesse momento, que faz falta um Parlamentar que represente Cascavel.

Todos nós aqui temos a maior boa vontade, com Cascavel. Mas, para não ser redundante, quero informar a você, Caio, e aos amigos de Cascavel, que entremos nesta Casa com um projeto que acredito irá atender toda a população paranaense. O projeto é de iniciativa popular.

Para você fazer um projeto aqui, nesta Casa, hoje, que seja de iniciativa popular, precisa de pelo menos setenta mil assinaturas. Agora, entramos com um projeto que está andando nas comissões e, acredito que até o final do ano, vamos conseguir aprovar, que qualquer entidade que quiser entrar com um projeto de lei nesta Casa, um exemplo aqui: a sociedade de Cascavel acha que tem que haver um projeto de lei para contemplar Cascavel. A Associação Comercial, ou Industrial, ou qualquer entidade poderá vir a esta Casa apresentá-lo. Vai ter uma Comissão específica para essa questão. Então, não precisa mais setenta mil assinaturas; vai se tornar fácil a participação popular e representativa, nesta Casa.

Por essa razão, neste momento em que externo o meu apoio à população de Cascavel e aos seus representantes aqui, falo do meu projeto, que vem ao encontro dessas iniciativas que servirão, não apenas a Cascavel, mas a toda sociedade paranaense.

Cumprimento V. Sa. e toda a população de Cascavel. Tenho muito respeito por Cascavel, porque quando eu era criança, meu pai, dono de um caminhão, transportava mudanças para o Oeste do Paraná, para desbravar Cascavel.

Então, muitas pessoas foram levadas para a região Oeste, pelo meu falecido pai. Traz-me recordações boas dessa região, mas certamente, esse projeto que entramos na Casa, daria, daria oportunidade, hoje, à sociedade de Cascavel, de apresentar os seus interesses através desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PL)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, meus cumprimentos ao Caio, meus cumprimentos à AICIC, através dos seus representantes e da comunidade de Cascavel, que aqui se encontram.

Quero dizer que estarei somando forças e esforços junto com as autoridades, as entidades civis organizadas de Cascavel. Eu, que já tive, também, a oportunidade de estar lá, em Cascavel, em uma reunião, naquela época promovida pela Casiopar, onde participaram as mais diversas entidades civis organizadas. A AICIC, a SIF, também de Foz do Iguaçu, a Undoeste, a Camop, enfim, várias entidades ali participaram debatendo os projetos de desenvolvimento e de crescimento, não só de Cascavel, mas do Oeste do Paraná.

Quero cumprimentá-los pela unidade, pela união. Aí está provado o porquê que tanto Cascavel cresce e se desenvolve. Tenho certeza absoluta, que é devido ao trabalho de vocês demonstrando essa unidade, essa união de forças e esforços.

Portanto, eu que moro em Foz do Iguaçu - mais um Deputado do Oeste do Paraná - estou e estarei à inteira disposição de vocês.

Parabéns a você, Caio, que colocou muito bem aqui as reivindicações de Cascavel.

Parabéns à comunidade de Cascavel, que aqui se encontra, se faz presente.

Parabéns ao Presidente da AICIC, ao Vice-Presidente, ao Vice-Prefeito e ao Paranhos que aqui também se encontra. Contem com este Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado Ademir Bier.

Deputado Ademir Bier (PMDB)

O SR. ADEMIR BIER

Gostaria também, em nome da Bancada do PMDB, cumprimentar o nosso companheiro Caio, o Sr. Alfredo, empresários da AICIC, e dizer que na verdade esse aeroporto de Cascavel é um grande sonho de toda a nossa região Oeste do Paraná. E nesses anos todos de lutas, quer aqui na Assembléia Legislativa, quer como Vice-Prefeito e Prefeito de Marechal Cândido Rondon, temos acompanhado as lutas de todo o povo do Oeste do Paraná. E muitos sonhos foram realizados, muitos estão sendo agora, que é a questão da duplicação Cascavel/Toledo, a nossa rodovia tão sonhada de Toledo ao Município de Quatro Pontes.

E dizer à comunidade de Cascavel que no PPA que foi encaminhado pelo Governador no ano de 2003, consta lá também um sonho antigo da nossa comunidade que é a Ferroeste. Esta, consta do Plano Plurianual do Governo do Estado. É uma notícia boa. Tive oportunidade de colocar isso ao Presidente da AICIC, quando fomos convidados para uma reunião para discutir sobre o orçamento, e eu disse então, e trago ao conhecimento de todos, que inovamos na Comissão de Orçamento, discutindo aqui no plenário, uma audiência pública, abrindo o Orçamento do Estado para que as comunidades aqui pudessem vir e ver o que representa efetivamente o orçamento. E agora ampliamos. Junto com o nosso Relator, Marcos Isfer, com os demais Deputados componentes da Comissão de Orçamento, pretendemos percorrer as oito regiões do Estado, levando lá os Deputados representantes da região, que pertencem à Comissão de Orçamento, à comunidade como um todo, e discutir regionalmente com os técnicos da Secretaria do Planejamento e com os do Tribunal de Contas, e da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, discutir o orçamento como um todo.

Vamos receber agora, até o final de setembro, o orçamento que será enviado pelo Governador, e aí sim, a partir do mês de outubro, pretendemos percorrer as oito regiões do Estado, discutindo o orçamento do Estado.

Então, isso é realmente importante. Pretendemos fazer com que o orçamento não seja uma peça fictícia, imaginária. Que ela possa ser discutida com a sociedade, e também, lá no orçamento, seja colocado o sentimento de cada região.

Um abraço e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Caio, se você quiser usar a palavra por mais alguns minutos, está à disposição.

Olha, nunca concedemos tanto tempo aqui, fora aos Parlamentares, como hoje concedemos a Cascavel, justamente pelo que representa Cascavel ao Paraná e ao Brasil.

Vocês têm, por parte desta Casa, por parte de todos os Parlamentares, um grande respeito e uma grande consideração.

O SR. CAIO GOETLIEB

Presidente Hermes Brandão, tenha certeza que Cascavel neste momento sente-se profundamente honrada, não apenas por ter a oportunidade de ocupar este espaço, esta tribuna, para apresentar as suas reivindicações, que não são de Cascavel, são do Oeste do Paraná, interessam a todos os Municípios, a toda a população. Mas também, pelo fato de que ouvimos aqui hoje a expressão, essa manifestação de tanta generosidade, não só pelo tempo que nos foi disponibilizado, mas também pelos pronunciamentos de apoio, pudemos sentir aqui a importância do nosso Município, da nossa região, o carinho que nossa cidade recebe de vocês.

E mais uma vez então, para encerrar, até porque acabo tomando gosto pelo microfone aqui e pela tribuna, e de repente resolvo vir para cá daqui a algum tempo, mas eu queria, mais uma vez, em nome do nosso Presidente da Associação Comercial, Guido Bresolin Júnior, dos demais diretores, do Vice-Prefeito Vander Piaia, do Leonardo Paranhos que é também uma liderança política importante da nossa região, do empresário Alfredo Keiffer representando toda a comunidade da agroindústria.

Agradecer mais uma vez pela oportunidade, e contamos com o apoio de vocês na elaboração do Orçamento, ou que pelo menos uma parte dos nossos pleitos sejam contemplados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Suspendo a Sessão por três minutos.

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Iniciando os trabalhos, eu faria um apelo aos Srs. Parlamentares que estão inscritos no Pequeno Expediente: já que demos oportunidade para que todos se manifestassem, que concordassem em abrir mão do seu horário disponível.

Horário das Lideranças:

Passo ao Horário das Lideranças. Consulto à Liderança do PSB, PP, PL, PTB, PPS.

(Todas declinam)

Eu participo aos Srs. Parlamentares que o horário hoje é de cinco minutos e vamos cumprir religiosamente.

Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Sr. Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada os servidores do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR realizaram um protesto para deixar demonstrado à opinião pública, a situação de desespero que eles estão vivendo.

Nós, na tarde de ontem, aprovamos um requerimento de autoria deste Deputado, a ser encaminhado ao Secretário de Agricultura e ao Vice-Governador do Estado, Orlando Pessuti, com uma relação de toda a situação em que os servidores estão atravessando, em função da criticidade em que vive hoje a categoria dos servidores do Iapar.

Nós também encaminhamos ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião um requerimento solicitando urgência para o envio do plano de carreira, cargos e vencimentos dos funcionários do Iapar. Esse projeto, depois de passar pelas Secretarias de Planejamento, da Administração e da Fazenda está há 120 dias na Casa Civil e até o momento os servidores não receberam nenhum tipo de resposta por parte do Governo do Estado. Justamente pelo fato de eles não serem atendidos é que fizeram esta paralisação, em função também do desprestígio que a categoria encontra por parte do Governo do Estado.

Eles estão com perdas acumuladas na ordem de 81%, desde 1997, sem reajuste salarial, o Iapar que já teve 1.406 servidores, tem hoje 816; 260 vagas são necessárias serem repostas, mas não há nenhum tipo de incentivo por parte do governo, para que essas vagas sejam ocupadas por novos servidores. Os antigos, estão se aposentando. Outros, pedindo a aposentadoria precocemente, porque não aguentam mais os baixos salários e a falta de uma progressão na carreira.

Portanto, Sr. Presidente, estamos na tarde de hoje trazendo essa preocupação à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. O Vice-Governador disse que a culpa não é dele e nem deste Governo, mas sim do Governo passado, já que desde 97 a categoria está em estado de abandono.

A pergunta que fazemos aqui é a seguinte: este governo já está praticamente há três anos no comando do Estado do Paraná e até agora nenhum aceno no sentido positivo de melhorar as condições dos trabalhadores do Iapar foi feito até o momento?

É por isso que acreditamos que não basta apenas culpar o passado, mas sim, agir no presente! É isso que, na nossa opinião, o Estado está deixando de fazer.

Concedo um aparte à Deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Obrigada, Deputado.

Na verdade a preocupação de V. Exa. é a nossa, em relação ao Iapar, porque foram anos de sucateamento. Concordamos com a análise que V. Exa. faz em relação à

defasagem, que já é de conhecimento do Governo, que tem feito várias discussões com os trabalhadores do Iapar.

Dizer, Deputado, que estamos conversando sempre com o Governador e também com o Vice-Governador e a última sinalização que tivemos é que virá para Assembleia o plano de cargos, juntamente com o plano da Ema-ter.

Acho que é importante a colocação de V. Exa.

Sabemos o que representa o Iapar como patrimônio do Estado. E dizer que esta e outros Deputados, tanto quanto o senhor, estamos igualmente preocupados com o nosso Iapar.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputada Elza Correia.

Nós estamos no aguardo do envio desse Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos para o Iapar. Já vimos que outras categorias já foram contempladas pelo Governo do Estado, e o Iapar, que é um dos maiores institutos de pesquisa do Brasil e do mundo, inclusive, não pode continuar nessa situação de sucateamento, sob pena de uma paralisação ainda mais grave.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa quer dar as boas-vindas a todos os funcionários dos Correios, que estão em greve, e que é um movimento legítimo da categoria. Esta Casa dá as boas-vindas e quer ser solidária a esse movimento.

É a Casa do povo e todos são bem-vindos neste espaço.

(Aplausos)

Pedimos a gentileza e a compreensão de todos os manifestantes para que possamos dar continuidade à nossa Sessão, para que a platéia pudesse, então, acompanhar a nossa Sessão, mas desde que pudessemos ter a tranquilidade e o silêncio para que possamos continuar os nossos trabalhos.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, ao pedir a palavra Pela Ordem, desejo dar as boas-vindas aos funcionários dos Correios, funcionários esses que honram uma grande empresa nacional que, infelizmente, se viu envolvida em uma situação que revolta os funcionários, sobretudo aquele menos favorecido pela sorte.

Portanto, as nossas boas-vindas! Fiquem à vontade, porque vocês estão na casa de vocês.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, dar as boas-vindas aos funcionários da empresa Correios e Telégrafos, cá entre nós, uma das mais eficientes do Brasil.

Sr. Presidente, estamos neste momento na tribuna, para pedir ao Governo do Estado do Paraná, para abrir os olhos para a Segurança Pública no nosso Estado. Eu peço: acorda, Secretário Delazari! Eu peço: acorda, Governador Roberto Requião! Chega de violência, basta de violência!

O problema da Segurança Pública, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na nossa cidade de Ponta Grossa, chegou a um limite insuportável! No último final de semana tivemos na cidade o registro de 56 pessoas que foram mortas. O número de assassinatos só neste ano, Sr. Presidente, já é igual ao número verificado no ano passado inteiro, que foi em torno de sessenta pessoas que foram mortas naquele município.

Não se pode mais andar com tranquilidade pelas ruas da cidade. Ponta Grossa que no ano de 2000 foi apontada por um levantamento do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), com base em dados do IBGE e do Ministério da Saúde, como a 19ª cidade mais segura do Brasil e a 2ª mais segura do Paraná, perdendo apenas para o belo Município de Maringá. E hoje, Ponta Grossa, mais parece uma terra sem lei.

O último assassinato em Ponta Grossa, que vitimou Josué Severino Antunes, um jovem de apenas dezoito anos, demonstra o quanto os pontagrossenses estão reféns da insegurança. O Josué tinha casamento marcado para o próximo final de semana e foi morto a facadas quando voltava para a sua casa. O crime aconteceu no centro da cidade, quase em frente à Prefeitura Municipal, no início da noite, por volta de 21h30min.

Outros casos recentes também chocaram à população: a cabeça decepada de um adolescente de apenas dezessete anos: do homem que foi amarrado e queimado dentro do próprio carro, perto do Cefet, e de outro homem que morreu preso aos trilhos da linha férrea, na região do Rio Pitangui.

O que mais espanta é que o crescimento do número de homicídios é apenas uma faceta da explosão da violência em Ponta Grossa. Nas últimas semanas, o Diário dos Campos publicou dois levantamentos que apontam para o aumento desenfreado da criminalidade do Município. As estatísticas não deixam dúvidas quanto à necessidade urgente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de providências.

De acordo com esses estudos, o número de ocorrências policiais em Ponta Grossa subiu 175% nos últimos anos. Os fatos que geraram boletins de ocorrências, inquéritos e processos criminais pularam de 3.777, em 1995 para seis mil e 84 em 2000 e dez mil 406 só no ano

de 2004. O índice registrado entre janeiro a agosto deste ano, que é mais de sete mil registros, comprova que a linha do crime é ascendente naquele município.

Os furtos cresceram 1.043%, os roubos, 956; os homicídios 43%; as tentativas de homicídio, 20%; agressões 36,7%; os estupros 22%; e os danos, 174,7%. Apenas os furtos de veículos ainda apresentam uma queda não tão elevada.

O comando da PM daquela região divulgou nota oficial, considerando que não há explosão de violência em Ponta Grossa, e sim, "explosão da cultura do medo". O interessante é que o batalhão da Polícia Militar quer culpar a mídia, os meios de comunicação, de estarem divulgando esses números e, naturalmente, tentando impressionar à opinião pública. Pessoas estão perdendo as suas vidas em circunstâncias e motivos fúteis. Até ontem, à tarde, 56 famílias foram vítimas de tragédias, muitas das quais permaneceram sem providências por parte das autoridades policiais daquele município. Bem diferente de Maringá, por exemplo, onde existem cerca de 310 mil habitantes, foram registrados neste ano 28 homicídios, exatamente a metade da Cidade de Ponta Grossa, cuja população é praticamente a mesma.

Em Maringá, dos 28 homicídios deste ano, 27 já foram esclarecidos pela polícia. E, em Ponta Grossa? Nada, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Gostaria de deixar aqui essa pergunta ao Governador Roberto Requião e ao seu Secretário, Luiz Fernando Delazari,

Acorda, Governador Requião, porque Ponta Grossa e região esperam do senhor a solução, que é a obrigação do Governador, do Governo do Estado do Paraná. Acorda Requião!

Obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Horário da Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como nós não vamos ter o Pequeno Expediente, de acordo com as lideranças ele não foi usado, e nós tínhamos cedido o horário a pedido do Deputado Elio Rusch, hoje, à Associação Comercial, eu uso horário do meu Partido para fazer a saudação aos companheiros dos Correios, aos companheiros que estão nessa luta e também para dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos aguardando que a greve dos Correios tenha um desfecho favorável.

A greve dos Correios nós entendemos que é, assim como todos os movimentos dos trabalhadores, um movimento legítimo. Entendemos também que esse movimento tem, obviamente, perda de Governos anteriores, de

tempos anteriores, mas também entendemos que há hoje, por parte dos trabalhadores, um grande empenho para que haja uma solução que possa contemplar as reivindicações que são feitas.

Mas, como eu não quero falar, no horário do meu Partido, a respeito do que eu, particularmente como Deputado penso, faço a saudação aos companheiros, ao Nilson, que é Presidente do Sindicato dos Correios que está aqui e acredito que a luta dos trabalhadores dos Correios não é uma luta apenas por questões salariais.

Esta, Sr. Presidente, é uma luta para que aquilo que se tenta fazer hoje, que é quebra do monopólio através de uma ação que está sendo impetrada no Supremo Tribunal, não tenha sucesso. Não é possível que nós ainda não entendamos que o monopólio dos Correios é fundamental para que possamos continuar desenvolvendo nosso País.

Por isso, companheiro, todo apoio ao monopólio dos Correios!

Pessoalmente pedi a esta Casa que aprovássemos uma moção de apoio que vamos discutir, inclusive, depois, em nome de todos os Deputados do Partido dos Trabalhadores e por isso eu apresento, em meu nome - quero deixar claro isso - uma moção de apoio e solidariedade à greve dos Correios.

Da mesma forma, Sr. Presidente, que hoje, na parte da manhã, fomos procurados pelo Diretor Itamar e pelo Diretor Ariovaldo, que vieram aqui explicar como ocorreu - não a pedido da diretoria dos Correios - a pedido da Polícia Federal. Eu, estava lá e sei qual é a outra versão e tenho comigo que a outra versão, que é a dos trabalhadores que estavam lá é a correta.

Por isso, companheiros, toda a solidariedade, todo o apoio, e podem contar comigo. Fui muitas vezes às assembleias destes companheiros e hoje tenho o maior orgulho e a maior satisfação em estar com vocês, aqui, enquanto Deputado Estadual, representando parcela dos trabalhadores, na Liderança do Partido dos Trabalhadores, entendendo que nosso Partido também tem o papel de representar o lado mais fraco, e nesta hora o lado mais fraco - não indefeso - é o lado dos trabalhadores. Por isso, precisamos ficar ao lado dos trabalhadores todo tempo, principalmente nesta hora.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Toda força, companheiros, e esperamos que haja solução pacífica.

(Aplausos - Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PMDB, Deputado Rafael Greca.

Solicito ao Plenário que tenha compreensão para que possamos tocar o nosso trabalho, que não se manifestem para que a Sessão possa prosseguir.

Liderança do PMDB: Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não fui a nenhuma Assembléia dos Correios, mas guardo feliz lembrança da qualidade do serviço dessa empresa pública, desde os tempos de, eu menino, quando o "seu" Joaquim, o velho Correio da rua dos meus avós era nosso amigo, amigo da família. Essa visão do serviço público com dignidade, com respeito, não pode ser extinta do nosso País. Acho que faz bem a Assembléia em acolher os nossos carteiros, os funcionários dos Correios que são manifestantes, que vêm aqui vestidos com as cores nacionais, defender que essa empresa pública não pode se tornar um negócio de particulares, uma franquias; deve, sim, continuar a ser uma empresa pública!

Sobre isso também, e já estava me preparando para falar, trata-se da minha luta para que a operação do sistema elétrico do Paraná não saia da nossa empresa pública, a Copel, transferida para um operador nacional do sistema particular em Santa Catarina. Mudar a luz, o controle da luz, da eletricidade desde Curitiba - onde isso funciona com exemplar eficiência - para a Ilha de Santa Catarina significa desmanchar o que está funcionando, desmanchar o que é público só para servir à privatização.

Nesse sentido, quero saudar a decisão da Juíza Federal, Gisele Lenke, da 2ª Vara da Curitiba da Justiça Federal, que acolheu a minha ação popular contra a transferência da operação do sistema elétrico do Paraná para Santa Catarina. A Meritíssima Juíza deu sessenta dias para a Agência Nacional de Energia Elétrica se manifestar sobre a mudança prevista por decreto da ANNEL para janeiro de 2006.

Se ganharmos na Justiça, a operação do sistema elétrico continua nas mãos da Copel, e aqui no Paraná, se perdermos, vai para um ente privado em Santa Catarina no antigo escritório - agora privatizado - da Eletrosul.

O Brasil tem que fazer uma profunda reflexão de que há serviços públicos que são essências. Um deles é o Correio Nacional, que os ilustres antepassados da Nação Brasileira sempre prezaram.

Foi o correio oficial que levou ao Rio de Janeiro a notícia do grito da independência. Não foi um carteiro que fez nascer o Brasil para a liberdade? Por que essa loucura agora, de querer transformar em mercadoria aquilo que até então funcionou como referencial de eficiência?

E por último, também referente ao desmanche do Estado, o prêmio do ano de fiasco vai para o DNIT. Já faz seis meses que a ponte do Capivari está caída entre Curitiba e São Paulo, e ontem, o Superintendente do DNIT cancelou a inauguração que haveria amanhã da Estrada da Ribeira, pelo Presidente Lula, porque uma montanha escorreu em cima da estrada. Mas disse o homem na TV que não é só esse ponto, que há pelo menos 26 pontos de desmoronamento, de deslizamentos previstos para aquela estrada.

Estão asfaltando a velha Estrada da Ribeira, de solo instável, sujeita a desmoronamentos. E estão fazendo isso com pressa. Claro que tínhamos pressa em ver a Estrada da Ribeira pronta, mas não se pode pegar

uma estrada velha de leito comprometido, de encostas instáveis e se colocar asfalto para ser enterrado. Algo há.

Como dizia o Dr. Leonel Brizola: "se alguém está chupando melado e está faltando cana, é porque algo errado há". O Presidente da República teve que cancelar a vinda para cá, porque a estrada que eles queriam inaugurar não se sustenta na primeira chuva desse fim de inverno e começo de primavera.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra à Liderança do Governo.

(**Declina**)

Concedo a palavra à Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

Liderança da Oposição: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Presidente, Deputados, senhoras e senhores dos Correios.

É com grande satisfação que recebemos nesta tarde os amigos dos Correios do Paraná, buscando a proteção do seu direito e fazendo com que toda a sociedade possa ouvir a voz de quem leva todas as mensagens do povo brasileiro a todos os lares, a todos os cantos, a todas as casas do nosso Estado e do nosso país.

Não podemos concordar com essa intenção de desmonte, de desaparelhamento que se tenta fazer, não só nos Correios, mas em outras estatais fundamentais para o povo brasileiro.

Aproveitando o ensejo, lembrar aqui e denunciar também algumas irregularidades que campeiam pelo nosso país, mas que ecoam muito forte no Estado do Paraná. A saber: a Interbrasil, uma seguradora recentemente fundada, registrada na Junta Comercial com um patrimônio líquido de quatorze milhões de reais. Essa seguradora fez seguros para Angra I e Angra II. Fez seguros para a Companhia Energética do Estado de Goiás e para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Com apenas quatorze milhões de capital registrado, segurou dois bilhões e meio para Angra I e Angra II! Segurou para a nossa Copel, um bilhão e duzentos milhões de reais e segurou para a Energética, de Goiás, um bilhão de reais. Aí, vêm os doutos dizer que cumpriram o que determina o edital de licitação! Sabemos que o edital de licitação, quando se quer dirigir para uma determinada empresa ou para facilitar que ela possa ganhar uma concorrência, a facilidade é elaborada já no edital de licitação pública.

Como é que uma empresa, com um capital registrado de quatorze milhões pode fazer um seguro para a Copel na ordem de mais de um bilhão e duzentos milhões de reais? É absurdo! É inaceitável, sob todos os aspectos! Como é que pode fazer um seguro para Angra I e Angra II de mais de dois bilhões e quinhentos mil reais? Isso é

improbidade administrativa! Não só no Governo Federal, mas improbidade administrativa dentro da Copel! Eu não vi ainda, o Governo do Paraná abrindo processo administrativo exonerando os diretores responsáveis e nem encaminhando essa irregularidade ao Ministério Público do Estado do Paraná, como, aliás, o Ministério Público do Estado de Goiás - notícia nacional - já está tomando todos os procedimentos para instaurar o competente inquérito e apurar as responsabilidades.

Não posso, como Parlamentar, aceitar a ideia que, em nome de uma licitação fraudada já no seu edital de licitação, na elaboração do seu edital, possa a Companhia, liquidada já, fazer um seguro dessa monta, sem contar, Deputado Rusch, o pedido de informações de V. Exa., que, parece-me, lançou a dúvida de que inclusive há seguro dessa Interbrasil, no Porto de Paranaguá.

O povo do Paraná merece a explicação. O Governo do Paraná está demorando a dar explicação, como demorou quando pôs a mão no dinheiro no Fundo dos Funcionários da Copel, aplicando recursos no Banco Santos, aplicando também recursos dos funcionários da Sanepar. Faz quase um ano e não há explicação plausível, nem para a Assembléia Legislativa, nem exoneração dessas pessoas e, tampouco o encaminhamento desses procedimentos ao Ministério Público.

Infelizmente, se há sujeira lá, há sujeira cá! Infelizmente estão varrendo a sujeira para baixo do tapete.

Estamos cobrando. Esperamos que o Governo do Paraná encaminhe imediatamente, providências ao Ministério Público do nosso Estado, ou melhor, determine a exoneração das pessoas envolvidas na contratação dessa Interbrasil.

É mais um escândalo no Brasil. É apenas mais um dos milhares que infelizmente tomaram conta deste país e agora acontece aqui no Estado do Paraná, e tenho a impressão de estar sendo acobertado pelo Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar aqui que quando tivemos o primeiro incidente na greve dos Correios, foi chamada a Polícia Federal. Hoje, conversando com os diretores do Correio, coloquei-lhes essa preocupação, porque me parece que é a primeira vez em vinte anos, que a Polícia Federal é chamada.

Então, para deixar de ter essa preocupação, que possamos ter o final da greve dos Correios, sem que a Polícia Federal precise intervir, porque sabemos que essa greve é feita por trabalhadores, não por bandidos!

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Indicação nº 040/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a implantação do curso de Comércio Exterior no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 041/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a implantação do curso de Educação Física no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 042/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a implantação do curso de Economia no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Sra. Deputada Elza Correia constante do expediente, solicitando que sejam indicados até o dia 28 do corrente, pelos Partidos Políticos os representantes que irão formar o Conselho Mulher-Cidadã Zilda Arns, nesta Casa. **À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pela Sra. Deputada Cida Borghetti na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicado o nome do Deputado Duílio Genari para compor a Comissão Especial de Investigação do caçaníqueis, constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2005. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expedientes subscritos pelas Entidades Organizadas de Cascavel: Prefeitura Municipal de Cascavel, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Comunitário de Segurança, Câmara de Vereadores de Cascavel, Associação Comercial e Industrial de Cascavel e outros, constante do expediente, encaminhando Cartas à Presidência desta Casa de Leis, solicitando a colaboração deste Poder para concretizar empreendimentos considerados fundamentais para o contínuo processo de desenvolvimento da região e do Estado, como também por mais segurança pública. A ACIC, considerando a necessidade e a importância estratégica desses empreendimentos, pede que seja apresentada emenda ao Orçamento de 2006, garantindo os recursos necessários para a execução dos projetos apresentados. **Recebido. Encaminhe-se à Comissão de Orçamento.**

Projeto de lei e autoria do Sr. Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei e autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei e autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2769, de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se nos dias 29 e 30 deste mês, para realizar viagem a campo Grande-MS, a fim de participar da Reunião Ordinária do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2771, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando autorização para viagem a Foz do Iguaçu, nos dias 22 e 23 de setembro, para participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2775, de autoria dos Srs. Deputados Ademir Bier, Cesar Seleme, José Maria Ferreira e Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando autorização para viagem a Brasília-DF, para participarem de reunião da Diretoria Executiva da UNALE e lançamento da Campanha Nacional denominada "Grito pela Ética na Política", que acontecerá nos dias 21 e 22 de setembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2782, de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar do Plenário em viagem a Foz do Iguaçu para participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades, na condição de Delegado, conforme convocação, da coordenação do evento (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU) nos dias 22 e 23 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes no roteiro turístico do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM.

Em votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) **(Pela Ordem)**

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Será feita a verificação de votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)
Eu gostaria de externar, em nome pessoal, como o Deputado Tadeu já fez em nome da Bancada do PT, e acredito que em nome de todos os Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa.

Os trabalhadores do Correio estão fazendo uma campanha salarial para corrigir, justamente, a sua remuneração. Os Deputados Estaduais do Estado do Paraná são solidários e apóiam a luta dos trabalhadores dos Correios, contra a privatização e a favor das suas reivindicações.

Acha que essa declaração é em homenagem a esses bravos trabalhadores, que resistem contra as coisas ruins que possam acontecer nessa empresa e, que são os primeiros a defender contra a privatização. Seja em qualquer Governo, porque o Correio é uma empresa do Brasil, e merece o respeito do povo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)
Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Solicito ao 1º Secretário que procede à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)
Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
A Deputada Luciana Rafagnin retira a chamada nominal dos Srs. Deputados.
Estamos em processo de votação.
Deputados que rejeitam, queiram se levantar. Está **aprovado** o item 01.

ITEM 02
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que institui o Dia Estadual do Rotaract, a ser comemorado anualmente na data de 26 de outubro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Dia de Luta Contra o Câncer de Mama no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2005, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 (vinte

mil duzentos e trinta e sete) policiais militares, distribuídos pelos respectivos postos e graduações, bem como alterar a Lei Estadual nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores de Altônia e Região - ASSERAR, com sede e foro na cidade de Altônia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06
1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização do trecho que liga o Município de Inácio Martins a Góes Artigas (PR-364). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. (Publ. no DA nº 035/2005, de 02/05/2005, em Projetos de Lei, pág. 18).

Aprovado, com voto contrário do Deputado José Maria Ferreira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 239/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Artagão Junior, dispõe sobre a estadualização do trecho que liga o Município de Inácio Martins a Góes Artigas (PR-364).

Em sua justificativa, o nobre Deputado expõe a dificuldade do Município em manter e conservar esse trecho da rodovia, face ao grande tráfego de veículos pesados, exigindo manutenção constante. Cita também, que são somente 23 quilômetros da rodovia ainda não foram contemplados com a estadualização.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.06.2005.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 239/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras

Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividade financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

A proposição em tela objetiva estadualizar trecho de estrada conforme especificado na súmula.

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável à tramitação.

Este Poder Legislativo tem aprovado diversos projetos desta natureza, mas na maioria dos casos o Chefe do Executivo os tem vetado.

É inegável que proposições com este conteúdo oneram os cofres públicos estaduais, em especial, no tocante à manutenção das estradas estadualizadas.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição, pois presentes os requisitos formais e materiais exigidos ao caso, reservando-nos no direito de discutir o mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
TADEU VENERI - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 239/2005**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 239/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, visa a estadualização do trecho que liga o Município de Inácio Martins a Góes Artigas - PR-364, numa extensão de 23 quilômetros.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a matéria, emite seu parecer favorável à proposição na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que autoriza o Poder Executivo a implantar uma balsa no Rio Tibagi na Estrada Velha do Limoeiro, entre os Municípios de Londrina e Assaí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. (Publ. no DA nº 048/2005, de 24/05/2005, em Projetos de Lei, pág. 16).

Aprovado, com voto contrário do Deputado José Maria Ferreira.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 314/2005**

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 314/2005, de autoria do Deputado Delegado Mário Bradock tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a implantação da balsa em determinado trecho do Rio Tibagi.

Em sua justificativa o autor afirma que assim diminuirá o trajeto entre Londrina e Assaí, em cinco quilômetros beneficiando os produtores rurais da região...” ademais que a população se beneficiará com acesso mais fácil aos centros de produção, de saúde e de comércio.

Constitucionalidade e Legalidade.

Da observação do contido no artigo 1º do Projeto de Lei nº 314/2005, verifica-se conformidade aos preceitos legais, e nestes termos somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 314/2005**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 314/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, autoriza o Poder Executivo a implantação de uma balsa no Rio Tibagi na Estrada Velha do Limoeiro entre os Municípios de Londrina e Assaí.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. A proposição é meritória, haja vista destinar-se a viabilizar maior agilidade no transporte dos produtos da região, criando opção mais econômica para o transporte referido.

Isto posto, emitimos parecer favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 314/2005.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2005, que objetiva o Poder Executivo a proceder a doação, ao Município de Catanduvas, de área rural, destacada da Colônia Tormenta, situado no mesmo Município, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02/08/2005, em Mensagens, pág. 02).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 429/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º autorização para proceder à doação, ao Município de Catanduvas, de área rural com 4.800,00m², destacada do lote nº 125 da Gleba nº 03, Colônia Tormenta, no Município de Catanduvas, de conformidade com a Transcrição das Transmissões sob nº 24.293 do Livro 3-AQ do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, com área total construída de 587,80m².

Na justificação, o autor ressalta que o plano em referência consubstancia "plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que o Município de Catanduvas irá utilizar o imóvel a ser doado na reforma e ampliação do Terminal Rodoviário nele existente, obra essa indiscutivelmente necessária, considerando que a construção da Penitenciária Federal, nas proximidades, vem gerando grande aumento na circulação de pessoa pelo local.

Na redação do anteprojeto de lei em causa, figura dispositivo expresso de que o bem a ser doado ficará gravado com cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade e de que haverá reversão ao patrimônio do Estado caso se comprove desvirtuamento da expressa utilização."

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO**
PROJETO DE LEI Nº 429/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 429, deriva de Mensagem nº 28/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder a doação, ao Município de Catanduvas, de área rural com 4.800,00m², destacada do lote nº 125, Gleba nº 03, Colônia Tormenta, no Município de Catanduvas, de conformidade com a Transcrição das Transmissões sob nº 24.293 do Livro 3-

AQ do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, com área total construída de 587,80m².

A finalidade da doação em questão, tem por objetivo exclusivo a utilização do bem como Terminal Rodoviário.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a matéria, emite seu parecer favorável à proposição na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2005, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a efetuar cessão de uso ao Município de Porto Barreiro, com área de 2.337,50 m, localizado em Passos das Flores, naquele município, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08.08.2005, em Mensagem, pag. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 447/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em sua artigo 1º autorização para cessão de uso, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional no Paraná - Fundepar ao Município de Porto Barreiro, de parte ideal do imóvel, de propriedade do referido Instituto, com área de 2.337,50 m, localizado em Passos das Flores, Quinhão 68, do Bloco 13, da Fazenda Laranjeiras, naquele Município, conforme Matrícula nº 9.186, Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia "plenamente aos superiores interesses da Administração eis que se destinará à implantação do Centro de Treinamento do Agricultor Familiar - CETRAF, de fundamental importância para a agricultura de subsistência do Município.

Convém destacar que no texto do diploma legal proposto consta dispositivo expresso de que o imóvel, objetivo de tal cessão de uso, poderá ser retomado, caso se comprove o desvirtuamento de utilização certa e estabelecida."

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão

obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portando, presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 4º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser **específica ou geral**. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação **específica**. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 4º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 27.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 447/2005

Art. 1º Modifica o artigo 4º do Projeto de Lei nº 447/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 27.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Nelson Justus, Ailton Araújo, Ratinho Júnior, José Maria Ferreira, Reni Pereira, Barbosa Neto e Elton Carlos Welter.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 447/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 447/2005, deriva da Mensagem nº 31/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual, ficando o Poder Executivo autorizado por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar a efetuar cessão de uso ao Município de Porto Barreiro, de parte do imóvel de propriedade do referido Instituto, com área de 2.337,50 m, localizado em Passos das Flores, Quinhão 68, do Bloco 13, da Fazenda Laranjeiras, naquela Município, conforme matrícula nº 9.186, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

A cessão em questão tem por finalidade a implantação do projeto “Centro de Treinamento do Agricultor Familiar - CETRAF”, sendo revogada caso se comprove utilização diversa. A vigência será até 31 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as

partes, permanecendo a cessionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem dentre outros.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação, com ressalva através da Emenda Modificativa do artigo 4º, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao Município de Realeza, de imóvel com área de 968,00 m, localizada na Praça da Justiça, Colônia Missões, naquele Município, com registro de imóveis da comarca de realeza. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08.08.2005, em Mensagem, pag. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 449/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, estabelece em sua artigo 1º autorização para cessão de uso, ao Município de Realeza, de imóvel, com área de 968,00 m, localizado na Praça da Justiça, entre as ruas Sargento Ramiro da Silva, Travessa nº 06, Travessa nº 12 e a Avenida Bruno Zuttion, Colônia Missões, naquela Município, contendo edificação em alvenaria com 316,20 m, conforme Matrícula nº 3.022, do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

Na justificação, o autor ressalta que o plano de lei em referência consubstancia “plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que o bem em questão será destinado à instalação do Conselho Tutelar, do Banco Social, Balcão de Emprego, Casa da Cidadania e de outros órgãos de interesse da Administração Municipal.

Por oportuno, cabe frisar que no local funcionou o antigo Fórum da Comarca, hoje sedado em novas instalações, edificadas em terreno doado pelo Município ao Estado.

Vale, ainda, destacar que, no texto da pretendida lei, consta disposição expressa de que o imóvel, objeto da cessão de uso, poderá ser retornado, caso se comprove o desvirtuamento de utilização prevista.”

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão

obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado, Chefe do Poder Executivo, estando, portando, presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 449/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que estabelece em seu artigo 1º autorização para cessão de uso ao Município de Realeza, do imóvel com 968,00 m de área, contendo edificação em alvenaria com 316,00 m, localizado na Praça da Justiça, entre as ruas Sarmento Ramiro da Silva, Travessa nº 6, Travessa nº 12 e a Avenida Bruno Zuttion, Colônia Missões, naquele Município sob matrícula nº 3.022, do Registro de Imóveis da Comarca da Realeza.

A proposição já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável a mesma. A Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações, acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

A Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações, considera relevante o mérito da proposição.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

Discussão Única (Indicações)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 037/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do curso de Nutrição, no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. em 14.09.2005).**

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 038/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do curso de Farmácia, no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. em 14.09.2005).**

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 039/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do curso de Fisioterapia, no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. em 14.09.2005).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2749, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2750 a 2752, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2755 a 2758 e 2779, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2759 e 2777, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2760 a 2762, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2767, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, com apoio do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2768, de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2770 e 2772, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2778, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, com apoio do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 2781, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Explicações pessoais: Deputado José Domingos Scarpellini não está presente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2005.

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 125/2005.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei 266/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 314, 429, 447 e 449/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 057, 059 e 060/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Ata de Comissão****Tomadas de Contas**

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro do dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomadas de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 6ª

Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 72/2005 e Proposição nº 90/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Deputado, Ângelo Vanhoni, Relator da Proposição nº 90/2005, relativa à prestação de contas de verba de ressarcimento dos Senhores Deputados, conforme Resolução nº 003/2004, em seu artigo 14, referente ao mês de agosto de 2005. Após análise da matéria, concluiu o Relator, que as contas encontram-se exatas, atendendo à legislação em vigor deliberando pelo Parecer Favorável, no que foi acompanhado por todos. A seguir, o Sr. Presidente, cedeu a palavra ao Deputado Antonio Anibelli, Relator da Proposição nº 72/2005, que trata da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2004. Em exame detalhado, entendeu o Relator, que a documentação apresentada está correta, atendendo o artigo 133 da Constituição Estadual e a Lei nº 14.276 de 29 de dezembro de 2003, decidindo pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Os Deputados presentes aprovaram o relatório apresentado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária
